



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 075

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 02 DE JULHO DE 2007

ANO XXXII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Elton Welter*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*PTB ..... Fábio Camargo*  
*Bloco PPS/PMN ..... Marcelo Rangel*  
*Bloco PSB/PL/PRB/PV ..... Reni Pereira*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 075**

### **69ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Ofícios..... 03

Indicações ..... 03

Designação ..... 06

Requerimentos ..... 06

Projeto de Resolução ..... 10

Projetos de Lei ..... 11

**Posse de Deputado ..... 14**

Dep. Luiz Malucelli ..... 14

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Luiz Malucelli ..... 15

Dep. Cleiton Kielse ..... 16

Dep. Elio Rusch ..... 19

Dep. Jocelito Canto ..... 19

Dep. Reni Pereira ..... 21

Dep. Tadeu Veneri ..... 24

#### **Grande Expediente:**

Dep. Pedro Ivo ..... 24

Sr. Hamilton José da Silva

Coord. da Articulação Puxirão 24

Sr. Roberto Souza

Instit. Equipe de Educadores

Populares ..... 25

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PMDB

Dep. Cleiton Kielse ..... 16

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 26

Discussão/Votação

Redação Final ..... 27

3ª Discussão ..... 28

1ª Discussão ..... 28

Requerimentos ..... 32

**Encerramento da Sessão ..... 33**

#### **Publicações:**

Ato do Presidente ..... 33

Atas de Comissões

Audiência Pública ..... 33

Redação ..... 34

### **DIÁRIO Nº 075**

### **69ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2007**

*(segunda-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secre-

tariado pelos Srs. Deputados Alexandre Curi e Osmar Bertoldi.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Luiz Malucelli, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Mamede, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro

Ivo, Pércles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Luciana Rafagnin, Chico Noroeste, Caíto Quintana e Geraldo Cartário (04).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Dr. Batista (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Ofício***

OFÍCIO Nº 35/07

Curitiba, 29 de junho de 2007.

Senhor Presidente:

Através do presente instrumento venho comunicar à V. Exa. que, atendendo convite do Sr. Prefeito de Curitiba, assumirei o cargo de Secretário Municipal e para tanto solicito licença do meu mandato de Deputado Estadual.

Informo, ainda, que irei optar, na forma do artigo 64 do Regimento Interno deste Poder Legislativo e do inciso III do artigo 60, da Constituição Estadual, pela remuneração de Deputado Estadual.

Na oportunidade apresento a V. Exa. os protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente.

(a) RUI HARA

### ***Indicações***

INDICAÇÃO Nº 186/07

SÚMULA:

Propõe alargamento da rodovia PR-153, que une a alameda Virgílio Moreira até a UNICENTRO - iluminação no mesmo percurso - construção de uma ciclovia - asfalto na entrada da UNICENTRO na mesma rodovia.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, vem respeitosamente à presença do Secretário de Transportes reivindicar as seguintes providências para o município de Irati:

- Alargamento da rodovia e construção de mais uma pista de asfalto unindo a alameda Virgílio Moreira até o trevo do Riozinho, entrada para a UNICENTRO;
- construção de uma ciclovia no mesmo espaço;
- iluminação de todo o percurso;
- construção de asfalto na entrada da UNICENTRO unindo o trevo de Riozinho até essa universidade.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A implantação da UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste no distrito de Riozinho na cidade de Irati, foi sem dúvida um marco histórico no desenvolvimento do município e toda a região que o circunda, agregando em torno de 2 mil e 600 estudantes de todos os estados da federação e 520 colaboradores que labutam nesta instituição. Concomitantemente, se instalaram nesta região, dezenas de empresas, que somando o número de empregados hoje gira em torno de 3 mil trabalhadores, algumas empresas com turno de 24 horas. Além da UNICENTRO, também estão neste espaço o Colégio Florestal, Escola Estadual João XXIII, CAIC e Escola Municipal Rosalina Cordeiro de Araújo, que superam a casa de 2 mil alunos que se deslocam para estas diariamente. O fluxo de veículos tem sido muito grande das pessoas que ali trabalham e estudam, e, além de tudo o que foi relatado acima, alie-se também que esta estrada - PR-153 - é que faz a ligação dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, proporcionando o escoamento de safra e desvios de pedágios por veículos de grande e pequeno porte.

Porém, o que mais nos sensibiliza, justificando este pedido, é o preço extremamente alto que a sociedade está pagando com os constantes acidentes que ocorrem nessa rodovia. A última informação que a Polícia Rodoviária nos repassou, só em 2007, no período de 1º de janeiro a 9 de abril (3 meses), ocorreram 9 acidentes com 3 mortes, todas elas de estudantes, além do que no ano de 2006 ocorreram 27 acidentes com uma morte, também de estudante, somente neste espaço de aproximadamente 9 quilômetros, que une a alameda Virgílio Moreira com a UNICENTRO.

Não podemos mais, Sr. Secretário, admitir que esta situação perdure, ceifando a vida de pessoas que vêm para nossa cidade na esperança de conseguir um futuro melhor e tenham suas vidas extintas tão abruptamente como tem acontecido.

INDICAÇÃO Nº 187/07

SÚMULA:

Solicita a liberação de recursos para a construção de um hospital geriátrico no município de Curitiba.

Ao Exmo. Sr. Luiz Forte Neto - Secretário Estadual de Desenvolvimento Urbano.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário para solicitar o seguinte:

1) Solicita a liberação de recursos para a construção de um hospital geriátrico no município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, ante a necessidade urgente de um hospital especializado para atender a população idosa e carente do município de Curitiba.

INDICAÇÃO Nº 188/07

SÚMULA:

Propõe a SEAB uma atenção especial e atendimento às necessidades da Associação dos Produtores de Poema Alvorada, com sede no distrito de Alvorada no município de Nova Tebas.

Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) Que se digne esta Secretaria em dirigir atenção especial ao atendimento às necessidades da Associação dos Produtores de Poema Alvorada, com sede no distrito de Alvorada, no município de Nova Tebas, que necessita de recursos para a aquisição de 1 distribuidor de calcário Lelis.

2) Salientamos que a associação citada é uma entidade sem fins lucrativos e formada por 50 sócios atuantes e quase em sua totalidade formada por agricultores familiares.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 189/07

SÚMULA:

Propõe a SEAB uma atenção especial e atendimento às necessidades da Associação dos Produtores Rurais Comunidades Unidas, com sede no distrito de Alvorada no município de Nova Tebas.

Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) Que se digne esta Secretaria em dirigir atenção especial ao atendimento às necessidades da Associação dos Produtores Rurais Comunidades Unidas, com sede no distrito de Alvorada, no município de Nova Tebas, que

necessita de recursos para a aquisição de uma adubadora de duas linhas para plantio de batata e cará.

2) Salientamos que a associação citada é uma entidade sem fins lucrativos e formada por 50 sócios atuantes e quase em sua totalidade formada por agricultores familiares e que abrange 4 comunidades no município de Nova Tebas.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 190/07

SÚMULA:

Propõe a SEAB uma atenção especial e atendimento às necessidades da Associação Comunitária São José do Barreirinho do Meio, com sede no distrito de Alvorada no município de Nova Tebas.

Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) Que se digne esta Secretaria em dirigir atenção especial ao atendimento às necessidades da Associação Comunitária São José do Barreirinho do Meio, com sede no município de Nova Tebas, que necessita de recursos para a aquisição de um triturador tratorizado (triturar milho).

2) Salientamos que a associação citada é uma entidade sem fins lucrativos e formada por 45 sócios atuantes.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 191/07

SÚMULA:

Propõe a SEAB uma atenção especial e atendimento às necessidades da Associação Comunitária dos Produtores Rurais da União de Santa Clara, com sede no município de Nova Tebas.

Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) Que se digne esta Secretaria em dirigir atenção especial ao atendimento às necessidades da Associação Comunitária dos Produtores Rurais da União de Santa Clara, com sede no município de Nova Tebas, que necessita de recursos para a aquisição de um triturador tratorizado (para fazer rolo de milho).

2) Salientamos que a associação citada é uma entidade sem fins lucrativos e formada por 121 sócios atuantes.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO Nº 192/07

##### SÚMULA:

Propõe a SEAB uma atenção especial e atendimento às necessidades do Projeto Trator Solidário, do município de Marilândia do Sul.

Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) Que se digne esta Secretaria em dirigir atenção especial ao Projeto Trator Solidário, que está sendo implantado no município de Marilândia do Sul.

2) Que se determine o atendimento da necessidade, relatada pelo Sr. Prefeito, do fornecimento de um trator com potência de até 100 CV, para que se possa utilizá-lo tanto para hortaliças quanto para cereais.

3) O município de Marilândia do Sul e região atualmente cultivam 5 mil 996 hectares de hortaliças irrigados a céu aberto e 102 mil 570 hectares de soja, milho, trigo e aveia branca no sistema de plantio direto, com 1.600 produtores de hortaliças e 2 mil e 500 produtores de cereais que abrange, também, os municípios de Califórnia, Mauá da Serra e Faxinal, sendo basicamente formada por médios e pequenos produtores.

4) Argumenta o Prefeito que muitos produtores estão desestimulados a continuar na atividade devido aos altos custos de produção, principalmente o aluguel de tratores. Este projeto será um grande trunfo para motivá-los.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO Nº 193/07

##### SÚMULA:

Propõe a BRASILTELECOM o atendimento do pleito efetuado por moradores do município de Campo Mourão.

Excelentíssimos Senhores.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) Que se digne esta empresa de telecomunicações em dirigir atenção especial ao atendimento às necessidades dos moradores do município de Campo Mourão/PR, que através de ofício datado de 15 de maio de 2007, soli-

citou a instalação de um terminal público de telefone (orelhão) na R. Guarapuava em frente ao nº 994.

2) O referido ofício fornece todos os dados necessários à requerida instalação, citando, inclusive as Av. Goioerê e Manoel Mendes de Camargo como suas transversais.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO Nº 194/07

##### SÚMULA:

Propõe a SEAB uma atenção especial e atendimento às necessidades da Associação dos Produtores Caprinos de Nova Tebas.

Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) Que se digne esta Secretaria em dirigir atenção especial ao atendimento às necessidades da Associação dos Produtores de Caprinos de Nova Tebas que necessita de recursos para a aquisição de alguns animais (4 bodes) da raça Bôer.

2) A associação citada realça que a medida é necessária para que ocorra a melhora genética de seus rebanhos.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO Nº 195/07

##### SÚMULA:

Propõe a SEAB uma atenção especial e atendimento às necessidades da Associação de Mil Alqueires Novo Milênio do município de Nova Tebas.

Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) Que se digne esta Secretaria em dirigir atenção especial ao atendimento às necessidades da Associação de Mil Alqueires Novo Milênio do município de Nova Tebas, que necessita de recursos para a aquisição de um triturador completo.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

## INDICAÇÃO Nº 196/07

### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião a regulamentação no estado da Lei Federal nº 11301/06, que estende o benefício da aposentadoria especial aos professores detentores de funções de direção, coordenação e assessoramento.

Sr. Governador.

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de ser proposta ao Sr. Governador do Estado a regulamentação da Lei Federal nº 11301/06, a qual estende o benefício de aposentadoria especial aos professores detentores de funções de direção, coordenação e assessoramento.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) TERUO KATO

### JUSTIFICATIVA:

Os professores paranaenses que ocupam, em suas carreiras, cargos de direção, coordenação ou assessoramento e, portanto, recebiam o benefício da aposentadoria especial a que fizeram jus, estão perdendo esse direito e vendo seus vencimentos diminuídos em razão da ausência de regulamentação no estado do Paraná da Lei Federal nº 11301/06, sofrendo, em razão disso, grandes prejuízos.

Indiscutível a flagrante ilegalidade desse ato, porquanto cargos de natureza especial implicam em desgastes e carga de trabalhos adicionais, inerentes a essas funções, realidade que por si só justificaria concessão do benefício da aposentadoria especial a esses professores.

Grande número de professores paranaenses já estão à espera da regulamentação dessa lei, já regulamentada em nível federal, e as Secretarias da Educação e do Planejamento já analisam essa questão, contudo, infelizmente, tal situação ainda não foi resolvida, e aos professores só restou a alternativa de recorrer ao Governador do Estado, na esperança de ver essa injustiça, de que foram vítimas, corrigida.

## Designação

### DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa os Srs. Deputados Artagão Júnior, Reni Pereira e Cida Borghetti, para representar esta Casa de Leis, nos dias 03e 04 de julho de 2007, na cidade de Brasília/DF - UNALE!

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 1925

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo nº 158 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 359/07, item 10 da Ordem do Dia desta data, por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

### REQUERIMENTO Nº 1928

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, com fundamento no artigo 54, inciso XXXIII da Constituição Estadual e no artigo 97, inciso I e II e parágrafos 1º e 2º do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, após ouvido o douto Plenário, seja procedida a convocação do Sr. Luiz Forte Neto, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, para que compareça nesta Casa de Leis, em Sessão Plenária a ser designada por esta presidência, para prestar esclarecimentos sobre o bloqueio, por parte do Governo do Estado, de recursos do FDU - Fundo de Desenvolvimento Urbano, para a Prefeitura de Curitiba e outras.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(aa) ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ, DUÍLIO GENARI, LUIZ CARLOS MARTINS, RENI PEREIRA, MARCELO RANGEL, OSMAR BERTOLDI, VALDIR ROSSONI.

### REQUERIMENTO Nº 1893

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. João Pedro Nazaré, ocorrido no dia 30 de junho de 2007, no município de Curitiba/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Terezinha Ribeiro Nazaré, enviando correspondência à R. Expedicionário, 749, Centro, Wenceslau Braz/PR.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) NEREU MOURA

### JUSTIFICATIVA:

Além de ser pioneiro em Wenceslau Braz, trata-se de uma pessoa querida por todos. Homem disposto, nunca se omitiu quando foi convocado a contribuir com a comunidade. Incapaz de ofender alguém, cativou ao longo de sua vida, simpatia, amizades e respeito.

Companheiro leal, bom pai de família, homem honrado e de posições firmes, João Pedro Nazaré foi Delegado do Diretório Municipal do PMDB de Wenceslau Braz. Deixou uma marca positiva na sua passagem por esta terra.

É evidente que não é só a família que se enlutou pelo precoce passamento, mas toda a comunidade do município de Wenceslau Braz. Aliás, os filhos e parentes, terão um legado para preservar, que foram os ensinamentos deixados pelo falecido.

Através deste Parlamentar, a Assembléia Legislativa do Estado, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências, rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

#### REQUERIMENTO Nº 1894

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da jovem Carina de Barros Pissetti, ocorrido no dia 25 de junho próximo passado, em Curitiba.

Carina era filha do Sr. Alcir João Pissetti, amigo do Deputado subscritor.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Requer ainda à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, o envio de correspondência dando conta dessa iniciativa ao Sr. Alcir João Pissetti, residente à R. Presidente Arthur Bernardes 938 - Santa Quitéria - Curitiba-PR - CEP 80320-300.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) LUIZ ACCORSI

#### REQUERIMENTO Nº 1895

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Antonia Pascui Canola, ocorrido no dia 28 de junho próximo passado, em Loanda

A extinta era mãe do Sr. Sérgio Canola, amigo e colaborador do Deputado subscritor.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Requer ainda à Mesa Diretoria da Assembléia Legislativa, o envio de correspondência dando conta dessa iniciativa ao Sr. Sergio Canola, residente à R. Narciso Davis, 64 - Loanda-PR - CEP 87900-000.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) LUIZ ACCORSI

#### REQUERIMENTO Nº 1903

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e profundamente consternado, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos voto de pesar pelo prematuro falecimento do Coronel da Reserva da PM, Wantuil Borges, ocorrido ontem, nesta capital.

Requer, ainda, que se dê ciência deste requerimento à família do extinto, na pessoa de seu filho William F. Tadeu França Borges, à R. Des. Benvindo Valente, nº 338, Bairro Alto São Francisco - CEP 80520-020, Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Filho de José Lindolfo Borges e Erondina Bitencourt Bitencourt Borges, Wantuil Borges nasceu em 06 de outubro de 1939, na cidade de Araquiri, estado de Santa Catarina.

Veio para o Paraná ainda jovem, tendo terminado o 2º grau no Colégio Novo Ateneu. De 1958 a 1960 cursou a Academia Militar do Guatupê.

De sua carreira, podemos destacar: Sub-Comandante do Colégio da Polícia Militar do Paraná, de 1966 a 1968; Comandante do Colégio da Polícia Militar do Paraná, de 1968 a 1973, e de 1975 a 1979. Também foi professor de matemática nos Colégios da Polícia Militar do Paraná, Hildebrando de Araújo, Loureiro Fernandes, São Vicente, em Irati e Escola Regional Ribeirão Claro.

De 1987 a 1991, exerceu as funções de Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná e de 1991 a 1994, chefiou a Casa Militar do Governo, sempre com muito zelo e dedicação.

Das inúmeras medalhas que recebeu, podemos destacar a de Mérito Escolar Coronel João Gualberto, Medalha de Colaborador do Exército Nacional, Medalha da Cruz de Malta.

Wantuil Borges era um homem de fibra e também uma figura humana ímpar. Seu prematuro desaparecimento, deixa consternados familiares e um enorme círculo de amigos, entre os quais este Parlamentar, que teve o privilégio de conhecê-lo e compartilhar com ele alguns anos de convivência no trabalho e vida social.

Nossas condolências e inteira solidariedade à família enlutada, neste momento de tristeza e dor pela perda do ente querido.

#### REQUERIMENTO Nº 1912

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosa-mente REQUERER votos de pesar aos familiares do Coronel Wantuil Borges, ex-Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, pelo falecimento ocorrido em 1º de julho do presente ano.

Solicito a especial gentileza em notificar a Sra. Delgina França Borges, acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1913

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosa-mente REQUERER votos de pesar aos familiares do Sr. José Carlos Pisani, pelo falecimento ocorrido em 21 de junho do presente ano.

Solicito a especial gentileza em notificar a Sra. Vera Luhn Pisani, acerca do voto em apreço, à R. Carmelo Rangel, 1277, bairro Seminário, Curitiba, estado do Paraná, CEP 80440-050.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1927

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento de Maria Conceição Kramer Silva.

Requer seja dada ciência à família enlutada a R. Frei Caneca, 1655 - Guarapuava/PR.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

#### REQUERIMENTO Nº 1891

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, de votos de congratulações e aplausos às autoridades e população do município de São Pedro do Iguaçu, pela comemoração do 17º aniversário de criação e emancipação política, no dia 16 de julho de 2007.

Pela Lei nº 9336 de 16 de julho de 1990, foi criado o município de São Pedro do Iguaçu. Hoje, com 17 anos, um município ainda novo, cuja população unida e solidária, com muito trabalho e dedicação têm demonstrado o seu valor e potencial no desenvolvimento e crescimento de sua terra.

Um povo feliz e trabalhador, cumpridor de seus deveres, consciente de seus direitos e responsabilidades, que unido às suas lideranças e autoridades do Executivo e Legislativo, é merecedor das mais efusivas homenagens e congratulações pela beleza e grandeza que é São Pedro do Iguaçu. Parabéns São Pedro do Iguaçu, parabéns são-pedrenses.

Requer outrossim, seja dada ciência para Jurandir Alves de Oliveira - Prefeito Municipal, à R. Niterói, s/n e Silmar José Cechin - Presidente da Câmara Municipal, à Av. São Paulo, 1020 - CEP 85929-000 - São Pedro do Iguaçu/PR.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) DUÍLIO GENARI

#### REQUERIMENTO Nº 1896

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, à Escola Interativa pelo Prêmio Top of Business Região Sul 2007, conferido às instituições pela excelência de seu trabalho educacional e pelas suas ações de responsabilidade social e ambiental.

Requeremos, também, que a decisão do presente seja comunicada à homenageada.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) RUI HARA

#### REQUERIMENTO Nº 1904

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações para o jornal Diário do Norte do Paraná, pela passagem dos seus 33 anos de existência a serviço da informação em Maringá e região noroeste.

Fundado por Joaquim Dutra em 1974, o líder de circulação na região, o Diário do Norte do Paraná, completou nesta última sexta-feira mais um ano de sua fundação, apresentando um saldo muito positivo no seu balanço de credibilidade, conseguido com muito esforço de seus Diretores, corpo de redação e todos os profissionais da notícia.

Através do Presidente Franklin Vieira da Silva e seu Diretor-Geral, Josué Tadashi Endo, estenda-se os cumprimentos a todos os funcionários da empresa.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 1908

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Coronel Roberson Bondaruk, bem como ao Major César Alberto, oficiais da Polícia Militar, em razão do lançamento da terceira edição do livro Polícia Comunitária - Polícia Cidadã para um Povo Cidadão.

As duas primeiras edições do livro estão esgotadas.

O livro trata dos diferentes temas relacionados ao policiamento comunitário, que está presente na vida da população paranaense através de programas de Governo, a exemplo do Projeto Povo (Policiamento Ostensivo Volante), PEC (Patrulha Escolar Comunitária) e Bom-beiro Comunitário.

Segundo o Coronel Roberson, a proteção do cidadão, a principal missão das polícias, está presente no capítulo que aborda a Teoria Geral de Polícia. Ele explica que a utilização da polícia como meio de controle social



pelos Governos autoritários fez com que a população dos países que passaram por essa experiência temesse as forças policiais, em vez de trabalhar junto por mais segurança. “Numa democracia o papel da polícia é o de proteger o cidadão. Mais que isso, comunidade e polícia devem atuar juntos”.

O livro analisa ainda criminalidade e violência, buscando situar o leitor no presente momento.

A obra traz também a Doutrina de Polícia Comunitária, abordando desde noções básicas até os conceitos de cada importante participante da filosofia de policiamento comunitário. Direitos Humanos é o tema do 3º capítulo. Há ainda Experiências de Policiamento Comunitário, onde se mostra a realidade de outros países e outros estados brasileiros que já adotam o policiamento comunitário como estratégia e filosofia.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1931

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Sr. Pedro Constantino que receberá a Medalha do Mérito do Transporte Urbano Brasileiro - 2007, na categoria Empresário, concedida pela Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos - NTU.

A referida comenda foi instituída em 1997, por ocasião dos 10 anos de fundação da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos - NTU, e tem como objetivo homenagear pessoas físicas e jurídicas que se destacam na prestação de serviço em prol do fortalecimento e desenvolvimento do setor de transporte urbano e metropolitano de passageiros no país. A outorga abrange as categorias Empresário, Especial e *Post-mortem*.

A cerimônia de entrega será realizada em 29 de agosto de 2007, na cidade de São Paulo/SP, no Hotel Transamérica, às 20h30min.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1914

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Jaber Makul Hanna Saadi, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense durante o período em que exerceu o cargo de Superintendente da Polícia Federal do Paraná.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Jaber Makul Hanna Saadi acerca do voto em apreço, à Alameda das Dracenas, 602, Residencial 05, Alphaville, Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, CEP 06539-240.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1915

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Dr. João Paulo Bettega de Albuquerque Maranhão, pelo brilhante artigo sobre a nova Lei de Falências, publicado no jornal Gazeta do Povo, em 29 de junho do corrente ano.

Solicito a especial gentileza em notificar o Dr. João Paulo Bettega de Albuquerque Maranhão, acerca do voto em apreço, com endereço profissional à R. Mateus Leme, 1400, Centro Cívico, Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80530-010.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1930

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Secretaria Municipal de Saúde desta Capital, na pessoa da Dra. Rosane Reichenbach.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Pelos relevantes serviços prestados à comunidade curitibana, atuando há mais de 21 anos na Prefeitura Municipal de Curitiba como dentista, e por 15 anos investida no cargo de chefia, atuando sempre de forma ímpar, dedicada, perseverante e com total desvelo no atendimento aos usuários do Sistema de Saúde da capital paranaense, onde hoje aplica seus conhecimentos na Unidade de Saúde de Campina do Siqueira.

#### REQUERIMENTO Nº 1897

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando sejam enviadas cópias dos contratos de serviços firmados entre a COPEL e SANEPAR e a empresa Engevix, bem como cópias das ações e decisões judiciais, as indenizações pagas nos anos de 2006 e 2007, pela COPEL e referidas empresas contratadas.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1898

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado de Obras Públicas, solicitando informações sobre os contratos celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e a Construtora Vale do Ivaí - CONSVALE:

- Quantas obras estão sendo realizadas pela construtora?
- Quantas destas obras encontram-se paralisadas?
- Quais os valores liberados para até esta data, para estas obras?

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1899

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando informações sobre quais os critérios utilizados para pagamentos de horas extras para os integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná, policiais militares e bombeiros.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1907

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando do mesmo informações sobre a solicitação da Câmara Municipal de Rolândia.

Segundo a solicitação referida, pede-se que a Secretaria de Estado da Educação reconheça os diplomas dos professores formados pelo Programa de Capacitação para Docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil, da Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - VIZIVALI, em parceria com o IESDE Brasil S/A.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1910

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado do Emprego e Promoção Social, Sr. Nelson Garcia, a prestação de informações sobre o FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, conforme segue:

1) Qual o montante de recursos repassados ao estado do Paraná, a partir de 2003, ano a ano, provenientes do FAT?

2) Em quais programas, fundos ou despesas estes recursos foram aplicados? Apresentar cópia dos relatórios e das prestações de contas ao Ministério do Trabalho e/ou BNDES?

3) Quantos trabalhadores no estado foram beneficiados com programas financiados com recursos do FAT, neste período, ano a ano?

4) Foi realizado ou há programação para realização de cursos de aperfeiçoamento e/ou de formação de trabalhadores para o setor petroquímico, para a construção civil, ou outras especialidades profissionais, com repasses do FAT ou da própria SERT, mediante recursos de emendas aprovadas no orçamento para este exercício?

5) Diante da demanda de 17 mil postos de trabalho gerados pelos investimentos da PETROBRAS na Refinaria de Araucária - REPAR, na ordem de R\$ 2,1 bilhões, quais providências tomadas pela Secretaria do Emprego e Promoção Social, até a presente data, no sentido de qualificar mão-de-obra especializada para a construção civil, setor petroquímico e outros setores necessários a dar suporte ao investimento de tamanha monta?

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI, DUÍLIO GENARI, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO BELINATI, LUIZ CARLOS MARTINS e CIDA BORGHETTI.

### *Projeto de Resolução*

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica acrescentado de parágrafo único ao artigo 64 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a seguinte redação:

“Art. 64. Não terá direito à remuneração o Deputado investido nas funções de Ministro de Estado, de Governador de Território, de Secretário de Estado, de Secretário de Prefeitura da Capital, se optar pela percepção da retribuição do cargo.”

Parágrafo Único. O Deputado investido nas funções descritas no *caput* deste artigo, não receberá quaisquer outras vantagens, devendo inclusive, ceder o espaço físico e os cargos da Assembléia Legislativa, ao suplente. (NC)

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Esta é uma medida de moralização, haja vista que o artigo 64, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na forma como está, deixa brechas para que se aumente o número de Deputados, provocando uma anfibologia e, por conseguinte, uma inconstitucionalidade ofuscada pelo próprio ato. Permitindo, assim; num primeiro momento, a investidura do suplente sem que o Deputado eleito perca o status e as prerrogativas legais do cargo.

## Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 473/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Ficam isentadas, as motocicletas, da cobrança de tarifa nas rodovias pedagiadas no estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) DR. BATISTA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei justifica-se pelo fato de que vários estados brasileiros, como Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, já concederam a isenção de tarifas de pedágio para as motocicletas.

Os veículos automotores, motocicletas, não criam desgastes às rodovias, tendo em vista o seu peso, e não se justifica ser salvo de cálculos em planilhas de acréscimo de custo destas empresas de pedágio.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 474/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º É instituído o Dia Estadual do Samurai no estado do Paraná, a ser comemorado anualmente, no dia 24 de abril.

Parágrafo Único. A data deve ser incluída no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) HUI HARA

#### JUSTIFICATIVA:

Na cidade de São Paulo os samurais comemoram no dia 24 de abril a sua data, coincidente ao aniversário do Sensei (Mestre) Jorge Kishikawa, introdutor do Kobudô no Brasil. Essa foi a motivação de mantermos a data e a homenagem na apresentação da presente matéria, pois, dentre nós paranaenses, são inúmeros os descendentes de japoneses.

24 de abril - Um dia para lembrar as virtudes do Bushidô: coragem, honra, lealdade, compaixão, justiça, razão e sabedoria, os alicerces da cultura japonesa.

Quem são (foram) os samurais? Tem-se registro histórico do ano 794 até 1868, no entanto o espírito do samurai convive com o homem em várias partes do mundo, já não é mais privilégio de japoneses, seguir a

doutrina ensinada pelo Kobudô, por sua essência, é ter a oportunidade de sentir-se universal.

Na sociedade japonesa, esses guerreiros disputavam de imenso poder. Tinham o direito de executar qualquer pessoa hierarquicamente inferior - fazendeiros, artesãos e comerciantes - que incomodasse os samurais ou que não se mostrasse respeitosa com seus superiores. Por isso, eram figuras bastante temidas. Apesar da violência associada a esses guerreiros, ser um samurai era muito mais que ter habilidade para decepar cabeças. Era preciso também ter um espírito puro para servir o seu senhor e lutar.

O hakama, calças largas que se estendem para os lados, era utilizado apenas por eles. É que, além de servir para esconder os pés do lutador e impedir que o inimigo conhecesse seus movimentos, cada prega do hakama simboliza uma das 7 virtudes que um samurai deve ter: a honestidade, a lealdade, a coragem, a perseverança, a benevolência, a compaixão e a sinceridade. Por isso, só um samurai de verdade poderia utilizá-lo.

O verdadeiro samurai era aquele pertencente à classe social dos samurais. Muitos dos guerreiros japoneses já nasceram em uma família de militares. Isso significa que, desde crianças, eram introduzidos ao código de conduta samurai (o Bushidô) e aos treinamentos em artes marciais e com a espada.

Espada em punho: Na época das grandes guerras não havia nenhuma regra sobre segurar a espada com a mão direita ou a mão esquerda.

Se sua honra era ferida ou se a missão falhava por sua culpa, o samurai cometia o harakiri ou seppuku, o suicídio ritual com a própria espada, cortando o ventre. A vida era entregue, pois sem honra não havia porque um samurai viver.

Segundo o Bushidô, para o samurai, viver é estar preparado para a morte, é saber morrer. Não que o código defendia o suicídio ou a morte por motivos tolos, mas que se o samurai tiver que morrer, que não resista, que o faça com a devida honra. Ele não podia dar sinais de sofrimento até cair morto e devia agüentar a dor sem pestanejar. A virtude suprema para o Bushidô era a lealdade. O samurai era educado para servir. Servir com lealdade, prontamente, incondicionalmente. A lealdade é levada a um nível supremo pelos samurais, que dariam a sua vida pelo seu senhor.

Esse ideal pregado pelo Bushidô não caiu por terra junto com o feudalismo japonês. Seu espírito faz parte da sociedade nipônica. O orgulho, a palavra e as atitudes são muito importantes para os japoneses.

PROJETO DE LEI Nº 475/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Aos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviço, urbanos ou rurais,

que ampliem suas atividades produtivas estendendo-as para o período noturno, será fornecida energia elétrica com tarifa reduzida em 30% (trinta por cento) sobre aquela vigente para estes consumidores no período diurno, respeitada a legislação federal vigente.

§ 1º A redução tarifária prevista no *caput* deste artigo não prevalecerá em caso de redução da atividade produtiva diurna dos consumidores beneficiados.

§ 2º Para os efeitos desta lei, entende-se por período noturno, aquele compreendido entre às 18 horas e às 7 horas e por período diurno aquele entre 7 horas e 18 horas.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### JUSTIFICATIVA:

A iniciativa da presente proposta legislativa deve-se à necessidade de criação de mecanismos de estímulo ao crescimento da produção industrial e das atividades mercantis e de prestação de serviços, para maior geração de riquezas, com a ampliação da oferta de empregos e consequente melhoria do IDH e do PIB em nosso estado.

Como é sabido, o custo da energia elétrica é fator significativo na composição dos custos tanto da indústria, quanto do comércio e da prestação de vários serviços, portanto, a redução tarifária de tão importante insumo, para esses setores produtivos, em horários de baixa demanda de energia, quando, em tese, inexistente o risco de falência do sistema; é um adequado e econômico instrumento de incentivo para a economia paranaense.

Como exemplo, cite-se o recente Congresso do Sindicato das Indústrias de Mandioca do Paraná, onde lideranças empresariais da região de Francisco Beltrão reivindicaram, além de subsídio para o plantio da safra, tarifa diferenciada de energia elétrica, para ajudar a fomentar o crescimento deste importante agronegócio no estado.

A tarifa diferenciada no período descrito neste projeto de lei, ajudaria no desenvolvimento da cultura, não só de mandioca, mas de outros agroprodutos em todo Paraná.

#### PROJETO DE LEI Nº 476/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º É instituído o Dia Estadual do Propagandista no estado do Paraná, a ser comemorado anualmente, no dia 14 de julho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(a) RUI HARA

#### JUSTIFICATIVA:

O propagandista e vendedor de produtos farmacêuticos teve sua atividade profissional regulamentada pela Lei nº 6224, de 14 de julho de 1975, dia proposto para perpetuar essa conquista. Em vários estados do Brasil a data já está contemplada por lei, podemos citar: Minas Gerais - Lei nº 14490, de 09 de dezembro de 2002; Rio Grande do Norte - Lei nº 8348, de 09 de julho de 2003; Goiás - Lei nº 14465, de 16 de julho de 2003, dentre outros. Em algumas unidades da federação inclui-se na homenagem o vendedor de produtos farmacêuticos, atividade hoje exercida por poucos. A boa atuação do propagandista é de grande importância na área da saúde, por isso, apresentamos este projeto de lei como reconhecimento dos paranaenses a todos os profissionais que no dia-a-dia contribuem para uma melhor qualidade de vida de todos.

#### PROJETO DE LEI Nº 477/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º O estado do Paraná reconhece os faxinais e sua territorialidade específica, peculiar do estado do Paraná, que tem como traço marcante o uso comum da terra para produção animal e a conservação dos recursos naturais. Fundamenta-se na integração de características próprias, tais como:

- a) produção animal à solta, em terras de uso comum;
- b) produção agrícola de base familiar, policultura alimentar de subsistência, para consumo e comercialização;
- c) extrativismo florestal de baixo impacto aliado à conservação da biodiversidade;
- d) cultura própria, laços de solidariedade comunitária e preservação de suas tradições e práticas sociais.

Art. 2º A identidade faxinalense é o critério para determinar os povos tradicionais que integram essa territorialidade específica.

Parágrafo Único. Entende-se por identidade faxinalense a manifestação consciente de grupos sociais pela sua condição de existência, caracterizada pelo seu modo de viver, que se dá pelo uso comum das terras tradicionalmente ocupadas, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, segundo suas práticas sociais tradicionais, visando a manutenção de sua reprodução física, social e cultural.

Art. 3º Será reconhecida a identidade faxinalense pela autodefinição, mediante Declaração de Auto-reconhecimento Faxinalense, que será atestado pelo órgão estadual que trate de assuntos fundiários, sendo outorgada Certidão de Auto-reconhecimento.

Parágrafo Único. O órgão estadual responsável deverá comunicar o reconhecimento da identidade faxinalense à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, criada por Decreto Federal em 27 de dezembro de 2004, alterado pelo Decreto de 13 de julho de 2006.

Art. 4º As práticas sociais tradicionais e acordos comunitários produzidas pelos grupos faxinalenses deverão ser preservados como patrimônio cultural imaterial do estado, sendo, para isso, adotadas todas as medidas que se fizerem necessárias.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.07.07.

(aa) ELTON WELTER, PROFESSOR LUIZÃO, TADEU VENERI, PEDRO IVO e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Os faxinais são comunidades tradicionais encontradas em territórios sociais típicos do estado do Paraná. Sua organização está baseada em normas específicas, acatadas de maneira consensual pelas relações sociais internas da comunidade, que controlam os recursos básicos através da combinação de uso comum e apropriação privada. Pela disposição e organização social, além da conservação ambiental que lhes é consequente, os faxinais são considerados uma forma de organização camponesa inédita no sul do Brasil.

Sua formação tradicional ocorre a partir de uma conjunção de fatores ambientais, sócio-econômicos, históricos, políticos e culturais do final do século XIX que resultaram na sua identidade social caracterizada, principalmente, pela paisagem florestal nativa do bioma floresta com araucária e pelo uso comum da terra disponibilizada na forma de criadouro comunitário, intimamente associadas a áreas de cultivos agrícolas.

A pouca visibilidade das denominadas terras tradicionalmente ocupadas, estatuto conceitual e real que expressa uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza, inscreve os faxinais em um novo contexto fundiário, onde a exploração da terra e dos recursos naturais há pelo menos 200 anos - período de ocupação dessas terras na região - desenvolvesse um modo próprio de criar, de fazer e de viver, que garanta a reprodução física, social e cultural dos membros dessas comunidades. Tal materialismo autodefinido coletivamente exige do estado o reconhecimento jurídico-formal.

Alguns municípios, no início do século passado já regulamentavam em lei a situação dos faxinais, como a Lei Municipal nº 012, de 1º de janeiro de 1937, do município de Rio Azul.

Ante essa realidade, o Instituto Ambiental do Paraná cria um sistema de proteção apropriada para essas situações, que são denominadas localmente de faxinais. Entre 1998 e 2000, 19 áreas foram reconhecidas como

Área Especial de Uso Regulamentado - ARESUR e inscritas no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação, conforme determinação do Decreto Estadual nº 3446, de 14 de agosto de 1997. O fato de ser uma ARESUR tem como pressuposto o reconhecimento de uma forma própria de exploração e preservação da terra e dos recursos naturais. Os membros dessa comunidade, sabiamente manejam os recursos naturais, entre eles, o uso da terra, possibilitando a conservação florestal de fragmentos do bioma floresta com araucária.

Estudo realizado pelo IAP e Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em 2004, revela um quadro pouco animador para as áreas remanescentes de faxinais no Paraná quando o tema é desvalorização cultural. Hoje, o desinteresse pela manutenção das cercas é um dos sinais evidentes do abandono das normas e costumes orientadores da gestão coletiva da agrobiodiversidade e das terras de uso comum, bem como do sentimento de pertença a um modo de vida.

Ainda, segundo o estudo do IAP, constata-se que, de um total de 152 faxinais que existiam no estado do Paraná, há mais de 10 anos, restam hoje somente 44 que, ainda mantêm o sistema de criadouro comunitário e/ou o uso coletivo das terras, com alguma atividade produtiva. A área total destes faxinais é de, aproximadamente, 26.189,0 ha; com uma área total mínima de criadouro comum de 15.914,86 ha; com cerca de 3 mil e 400 famílias residentes. Essas informações demonstram o dinâmico e preocupante processo de desagregação dos faxinais.

Por se tratar de uma comunidade tradicional, o faxinal encontra amparo na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, relativa aos povos indígenas e tribais, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 5051, de 19 de abril de 2004, que, além de reconhecer a existência de povos e grupos sociais distintos no interior da sociedade brasileira, impõe a necessidade de protegê-los, sobretudo porque esses direitos são direitos fundamentais.

A convenção reconhece, entre outros, “as aspirações desses povos a assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos estados onde moram” e dispõe:

#### Artigo 14

1) Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes.

2) Os Governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos

interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse.

A importância das comunidades tradicionais para o desenvolvimento do país, ficou materializada a partir de 2004, quando o Governo Federal, por meio de decreto, criou a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais para formular uma política específica e esses grupos sociais. Apesar de as comunidades tradicionais ocuparem hoje um quarto do território nacional, muitas delas continuam invisíveis para a maioria da população, notadamente os faxinais, que ainda são desconhecidos para muitos cidadãos paranaenses.

A iniciativa de criar a comissão nasceu justamente com o objetivo de reconhecer a importância dessas populações. Com a alteração de 2006, a composição da comissão passa a integrar as próprias comunidades, entre elas os faxinais do Paraná, conforme determina:

Art. 4º A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais será composta por 15 representantes de órgãos e entidades da administração pública federal e 15 representantes de organizações não-governamentais, os quais terão direito a voz e voto, a seguir indicados:

(...)

XXI - rede faxinais, titular e suplente;

(...)

Assim, os faxinais já são reconhecidos nacionalmente, tendo participação ativa na condução das ações promovidas pelo Governo Federal orientadas a garantir dignidade e emancipação às comunidades e povos tradicionais.

Ainda, considerando que, o Brasil possui uma ampla diversidade cultural e que, em 12 de abril de 2006 promulga através do Decreto nº 5753, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, com esta ratificação, o Brasil se compromete ante a comunidade internacional a respeitar e preservar as diversas culturas do povo brasileiro.

Por último, esclarecemos que, assim como a Fundação Cultural Palmares outorga a certidão de auto-reconhecimento aos remanescentes das comunidades dos quilombos, se quer implantar no Paraná o reconhecimento dos faxinalenses, através de certidão de auto-reconhecimento.

Concluindo, ressaltamos a importância deste, ainda que tardio, reconhecimento, que o povo faxinalense merece do estado do Paraná, efetivado na aprovação e sanção do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Há sobre a mesa requerimento do Deputado Rui Hara. Solicito ao 1º Secretário, Alexandre Curi que proceda a leitura.

## ***Posse de Deputado:***

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Alexandre Curi**)  
(Lê:)

“Curitiba, 29 de junho de 2007.

Sr. Presidente:

Através do presente instrumento, venho comunicar a V. Exa. que, atendendo o convite do Sr. Prefeito de Curitiba, assumirei o cargo de Secretário Municipal. E, para tanto, solicito licença do meu mandato de Deputado Estadual. Informo ainda, que irei optar na forma do artigo 64, do Regimento Interno deste Poder Legislativo e do inciso III do artigo 60 da Constituição Estadual pela remuneração de Deputado Estadual.

Na oportunidade, apresento a V. Exa. os protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Rui Hara, Deputado Estadual.”

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Recebo o presente ofício, encaminho ao Departamento Legislativo e em virtude do Deputado suplente estar presente nesta Casa, imediatamente daremos a posse ao Deputado Luiz Malucelli Neto.

Antes, vou pedir aos nossos Deputados que acompanhem o Deputado Luiz Malucelli Neto a esta Sessão.

Esta presidência, com muita satisfação, registra a presença dos familiares do Deputado Luiz Malucelli Neto, bem como de 2 ex-Deputados, Airton Cordeiro, Luizito Malucelli, pai do Deputado ora empossado. Deputados que já passaram aqui por esta Casa e deixaram, sem dúvida nenhuma, sua marca de uma contribuição muito forte. Sejam bem-vindos todos os familiares, os companheiros do Deputado que irá, sem dúvida, cumprir com o seu papel e junto com os outros, errarmos o menos possível.

Convido, portanto, Deputado Belinati e o Deputado Duílio Genari que, por gentileza, acompanhem o Deputado Luiz Malucelli Neto a este recinto.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito ao Deputado Luiz Malucelli Neto, que assuma e leia o seu compromisso legal.

## ***Deputado Luiz Malucelli (PSDB)***

O SR. LUIZ MALUCELLI

(Lê:)

“Prometo guardar a Constituição Federal e a Constituição Estadual, desempenhar lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promover o bem do nosso estado.”

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito, portanto, que o Deputado ora empossado tome assento junto aos seus demais companheiros.

### ***Pequeno Expediente***

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao 1º orador inscrito, Deputado Kielse Crisóstomo.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência consulta, antes de V. Exa., se porventura o Deputado Luiz Malucelli Neto deseja fazer uso da palavra.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Da Bancada do povo ou do Governo?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Malucelli Neto.

### ***Deputado Luiz Malucelli (PSDB)***

O SR. LUIZ MALUCELLI

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Confesso que fui pego de surpresa Sr. Presidente Nelson Justus. Este momento é de tamanha alegria para mim, para minha família e para todos os meus amigos.

(Lê:)

“É com muita honra Presidente Nelson Justus que ocupo esta tribuna neste momento. Momento este que por anos imaginei acontecer, quem sabe desde a primeira vez que aqui entrei, na década de 70, acompanhando os trabalhos de meu pai Luizito Malucelli, na época Deputado Estadual.

Lembro-me de ícones da política paranaense, como João Mansur, Ivo Tomasoni, Armando Queiroz, Anibal Khury, Erondi Silverio, Ayrton Cordeiro, entre tantos outros e assim, desde aquela época, admiro e respeito o trabalho realizado pelos Deputados Estaduais do agora e do passado, em prol do desenvolvimento do nosso estado, como órgão legislativo e fiscalizador do Poder Executivo.

Tenho consciência de minha interinidade Deputado Alexandre Curi, 1º Secretário desta Casa, o qual referencio neste momento seu avô Anibal Khury e sua avó dona Niva, por tudo que fizeram e faz pelo povo do Paraná. Mas interinidade é diferente de passatempo, quero todos os dias estar junto com os senhores, debatendo, discutindo, legislando, para que aqueles 30 mil paranaenses que acreditaram na minha pessoa se orgulhem do seu voto e de seu representante. Estarei ligado diretamente com os problemas da minha cidade e daquelas que

me prestigiaram com voto, cidade do interior que tanto clamam pelo desenvolvimento, geração de renda e emprego, e não tenham só a rodoviária com saída para os seus problemas.

A fixação das pessoas em seus municípios é de suma importância para todos os paranaenses. O pequeno e microempresário do campo e da cidade, maior empregador da mão-de-obra deste país, açoitado que é pelo regime tributário e trabalhista, terão neste Deputado um fervoroso defensor, assim como todo setor produtivo, do comércio, da indústria e da agricultura terão um aliado a mais nesta Casa.

Às lideranças comunitárias, aos trabalhadores deste Paraná, o meu respeito e minha gratidão por tudo que já foi feito para o progresso deste estado, desde o ranger das rodas do carro de boi passando pelo ciclo da madeira, da erva-mate, do café, até hoje neste Paraná tecnológico e agroindustrial.

À minha família, aos meus amigos, meu mais sincero agradecimento, por ser sempre meu porto seguro, meus filhos Pietro e Luiza, obrigado por existirem e estarem sempre comigo. Não posso deixar de agradecer a todo o corpo funcional da PMC, na pessoa do Prefeito Beto Richa e de sua esposa Fernanda, pelo respeito e amizade que angariei naquela Casa de tantas e tantas pessoas maravilhosas que fazem da nossa cidade uma das melhores cidades do Brasil e do mundo. Ao corpo funcional desta Casa, o meu renovado respeito pelo trabalho aqui realizado.

Para encerrar, minhas palavras finais são aos Srs. Deputados e Deputadas. Obrigado pela forma como fui recebido por todos e tenham neste novo companheiro alguém que quer, junto com os senhores e senhoras, ver este Paraná caminhando a passos largos para o desenvolvimento, mas nunca esquecendo dos princípios familiares, éticos, que norteiam as nossas vidas.

Obrigado, meu Deus, por esta oportunidade.”

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Kielse Crisóstomo.

**(Suspensa a Sessão por 5 minutos)**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está reaberta a Sessão.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, enquanto o Plenário acalma, quero solicitar que seja registrada uma homenagem a 2 jovens que são os mais assíduos frequentadores do comitê de imprensa da Assembléia Legislativa: os estudantes Eduardo Miranda, do curso de Ciências Sociais e o Pedro Ernesto, do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná. Estes 2 jovens, com muita capacidade, com muito idealismo e muita competência, comparecem a todas as Sessões da Assembléia

Legislativa, anotando a presença e a ausência dos Parlamentares nas Sessões, inclusive nas votações. Esse trabalho, numa parceria da Universidade Federal com a Folha de Londrina, é publicado mensalmente no Jornal Folha de Londrina, o que dá aos eleitores e aos paranaenses uma visão clara da presença dos Deputados aqui, quem faltou e porquê faltou. Nossa homenagem, Sr. Presidente, aos jovens estudantes Eduardo Miranda e Pedro Ernesto e nossa homenagem também à Folha de Londrina.

No nosso entendimento, esse trabalho do Eduardo Miranda e do Pedro Ernesto, estes jovens estudantes, na minha opinião deveria ser publicado em todos os jornais do Paraná!

Muito obrigado!

#### O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, saiu na Folha de Londrina que eu perdi 4 Sessões no mês de junho. Eu não faltei 4 Sessões, fui à Brasília um dia e faltei na quinta-feira passada.

Pedi à Assembléia os dados oficiais da minha presença às Sessões.

Acho que as coisas têm que ser muito bem organizadas e o jornal tem que ter responsabilidade quando publica falta de Deputado. Eu venho toda segunda-feira, religiosamente, a Curitiba e volto a Ponta Grossa na quinta-feira depois do almoço, com raras exceções eu falto na quinta-feira. Estou pedindo os dados da anotação oficial da Assembléia das minhas faltas e se não forem os mesmos, que eu acho que não é, porque senão vou reclamar da Mesa também, temos que tomar providências.

Temos que dar parabéns à Folha de Londrina, mas a atitude do jornal tem que ser responsável para verificar as faltas que cada Deputado teve e não aumentar faltas de alguns Deputados. Então, faço este protesto. Já pedi à Casa o número de faltas que tive no mês de junho.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência responde a V. Exa., Deputado Péricles, que o que sai nos jornais, a publicação da presença não é absolutamente oficial, não temos responsabilidade nenhuma sobre isso, não é realmente oficial e totalmente passível de erros, porque confirmamos que existem erros, sem dúvida alguma.

Com a palavra o Deputado Kielse Crisóstomo.

### ***Deputado Cleiton Kielse (PMDB)***

#### O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente, queria parabenizar a chegada do novo Deputado Luiz Malucelli o qual já participou de duas outras eleições, em paralelo à nossa eleição. Com satisfação ele está como eu, como o Artagão, como o Anibelli, como o Carli, como o Curi, como tantos outros irmãos que aqui estão honrando o nome de suas famílias. Por isso, seja bem-vinda a família Malucelli e este recinto, porque é a história que escreve os heróis e os

heróis, muitas vezes, são esquecidos pela história, mas nós queremos escrever o bem para a nossa história do Paraná!

Meu companheiro, Presidente, venho tratar de um tema extremamente preocupante, extremamente difícil, até conflitante com o momento que o Governo Federal aplica na mídia, demonstrando o crescimento econômico, a estabilidade econômica. Mas não sei quem é o informante do Presidente da República, porque infelizmente estamos tendo dados estatísticos terríveis quanto à concorrência asiática com o nosso estado e com o Brasil. Volto a este tema porque falei ainda há pouco com o Presidente das Porcelanas Schmidt, Presidente, este que representa quase 800 funcionários e indiretamente quase 3 mil famílias que dependem das Porcelanas Schmidt.

Falando também da empresa que fechou há poucos dias atrás, em Campo Largo, em detrimento à questão não só tecnológica, que já tínhamos com equipamentos, com pessoas preparadas na montagem de motores e produção de motores que também esvaziou-se quase 800 empregos diretos.

Mas venho falar de um processo, que hoje afeta 54% das indústrias do Brasil. Não é 10%, 54% das indústrias brasileiras. A concorrência asiática, a partir do início de 2006, onde começaram pelos tecidos, passaram aos calçados que as lágrimas de sangue que o Rio Grande do Sul ainda derrama, levaram quase 5 mil empregos diretos da área calçadista. E vamos além, na área de brinquedos, uns 3 mil empregos entre São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. E agora, na questão da cerâmica, que não tínhamos como ter um produto mais barato, porque temos ao lado de Curitiba, ao lado do MERCOSUL com a mão-de-obra de certa forma também pelas tradições que temos, principalmente pelas porcelanas Schmidt, porque lá, Deputado Elio, até o Presidente abriu um precedente muito pontual porque você nesse momento segura uma das xícaras de Porcelanas Schmidt. Ele quase chorou no telefone dizendo que terá que demitir mais pessoas. Por que isso? Porque é impossível você visualizar uma xícara como esta, vamos usar apenas uma xícara, que tem um custo básico para o nosso staf entre questões de tributos, impostos e trabalhistas, não custa menos do que R\$ 5 a R\$ 10 uma xícara desta. Acho que mais até, Deputada Rosane, a senhora que entende mais de casa do que eu. Não por não ser dono de casa, também sou, mas não entendo muito dessas coisas. Mas em Santos você compra uma porcelana com a mesma apresentação visual, de forma nenhuma com a mesma qualidade, mas com a mesma apresentação visual, pagando R\$ 1,50.

Uso o horário da Liderança do PMDB.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PMDB***

Mas esse conflito que estamos tendo ultrapassa um pouco as barreiras desse pequeno discurso. Vamos estar amanhã, Deputado Elio, com 50 Sindicatos de Trabalha-



dores do Paraná. Cinquenta Sindicatos que passam desde a parte metal-mecânica, a parte que temos como delicada, tecnológica das grandes montadoras que temos no Paraná. Mas estamos indo na base, buscando desde o artesanato - que muita gente não sabe que temos um grande potencial de artesanato no estado do Paraná - mas o artesanato, o artesão do Paraná está se submetendo a ser um atravessador do seu próprio produto, trazendo produtos do Paraguai.

Vejo o Presidente Lula ampliando a fronteira, não só da sonegação fiscal, ampliando a fronteira do contrabando, mas ampliando a fronteira do desemprego no nosso país. Eu não estou entendendo, porque os números não são condizentes com a realidade. Estamos temerosos nesse momento. Esses 50 sindicatos somam mais de 500, 1.000 empregos no Brasil e eu vejo a cada dia, empresas de médio porte fechando as portas, empresas de grande porte tendo que buscar financiamentos. Eu fiz uma apresentação e 2 dias depois, o Presidente apresentou uma linha de financiamento especial, Deputado Cheida, para as empresas que estão exportando. Cinquenta e quatro por cento das empresas perderam mercado abruptamente, algumas perdendo 80% da sua renda. Quem sobrevive?

Concedo aparte ao Deputado Elio Rusch.

#### **O Sr. Elio Rusch (Democratas)**

Deputado Kielse, quero parabenizar V. Exa. pelo tema que traz à Sessão da Assembléia no dia de hoje. Há uma preocupação muito grande de toda a sociedade brasileira, seja do capital ou seja do trabalho. Os 2 estão sendo atingidos. O motivo principal que eu entendo, dentro da minha modéstia, é a supervalorização do real e a desvalorização do dólar. Esta é a primeira consequência da crise que estamos vivendo hoje. É crise no setor madeireiro, é crise no setor de calçados, é crise na confecção, é crise generalizada nas indústrias brasileiras. Nós conseguimos importar, hoje, muito mais barato do que nós produzimos no Brasil.

Eu não assisti, Deputado Kielse, mas um assessor meu, lá de Marechal Cândido Rondon, assistiu no final de semana uma reportagem em uma das grandes redes de televisão, mostrando que na China, num porto, mais de 1.000 navios atracados ou esperando a vez para carregar. O que eles estão buscando? Mercadoria produzida na China, na Ásia num todo e trazem para as Américas e principalmente para o Brasil.

V. Exa. traz um outro tema importante. Acho que o Governo Lula, o Governo Federal deveria se preocupar com todos os setores e V. Exa. diz que estão abrangendo as fronteiras do Brasil. Ora, todos vemos que os sacoleiros que fazem compra no Paraguai não é para consumo. Os sacoleiros compram a mercadoria que vem da China e vendem aqui no Brasil nas portas do comércio brasileiro. É aqui em Curitiba, Cascavel, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, em todos os municípios do Paraná e em todos os municípios do Brasil, hoje. Montam uma barraca, é um camelô. Faz concorrência

desleal com o comerciante que paga imposto, que paga aluguel, que paga o funcionário, que paga os encargos sociais. Então se diz: “É, estamos tomando essa medida para evitar o desemprego...”. Segura-se não o emprego, um ganho para o sacoleiro, mas desemprega milhares de pessoas no Brasil e agora, com a taxa única ainda, 25%, legalizar os sacoleiros. É lamentável que chegamos nesse ponto.

Parabéns a V. Exa. e com toda certeza, esse é um assunto que a Assembléia Legislativa, que o Congresso Nacional deveriam debater com maior exaustão.

Parabéns.

#### **O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)**

Obrigado, Deputado Elio.

Estamos convocando em paralelo a esses 50 sindicatos, mais 150 sindicatos de São Paulo. Esse paralelo, não sei quantas pessoas deve envolver, empregados diretos, mas tenho certeza que vamos poder bater em Brasília com esse eco. O Paraná que é a fronteira e que o meu amigo Dobrandino sempre defendeu, em Foz do Iguaçu vai ter uma chuva, mas uma chuva de importados como nunca se viu na história brasileira. Vamos ter uma concorrência na porta da nossa casa. Qualquer comerciante que tenha aqui, qualquer industrial que seja Deputado ou que esteja me ouvindo, vai sentir na pele o preço da redução desses impostos.

Fiz uma conta rápida. Deputado Traiano, o senhor que tem envolvimento direto, vão em média 1.000 ônibus à Foz do Iguaçu por dia, com o interesse em cruzar para a Argentina ou para o Paraguai, vezes 30 pessoas, vezes US\$ 1.000 por pessoa, vezes 30 dias no mês, vamos ter injeção de produtos importados na casa de R\$ 90 bilhões por ano, só por Foz do Iguaçu, contando os valores oficiais. Lógico que essas pequenas empresas que terão apenas 25% de up grade no seu preço, quando oficializarem na entrada via Paraguai, vão trazer um caos para Londrina, que o senhor vai ter uma R. 25 de Março, como tem lá em São Paulo, a cada esquina de Londrina.

Curitiba vai ter que cercar os camelôs, porque vamos ter uma invasão de camelôs. Nada contra os camelôs, mas não dessa forma, porque sou industrial e sei quanto pago de tributos para mantermos os empregos. Estou vendo colegas que têm produtos paralelos que importam, ou seja, estão sendo importados. Eles não estão conseguindo pagar as suas contas mensais.

Ontem, almoçamos com o Governador Roberto Requião e ele mostrou os índices de isenção que foram dados no Paraná, chegando à casa de 96,7% das empresas do Paraná que estão isentas de impostos, mas nem a isenção vai salvar essas empresas. Não adianta, não existe milagre, só existe uma ação contundente do Governo Federal para que veja, para que o Presidente desça da base do planalto, que saia do lado dos seus puxa-sacos da economia e que veja o confronto que vamos ter.

Concedo aparte ao Deputado Dobrandino e na sequência ao Deputado Traiano.

### **O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Deputado Kielse, essa última medida do Governo Federal, aparentemente alguém pode pensar que pode beneficiar Foz do Iguaçu, muito pelo contrário, o sacoleiro, aliás, chamado de laranja.

Agora, o que vai acontecer? Os grandes, porque essa mercadoria era levada para os grandes venderem, gente que mexe com informática e essa coisa toda aí. Agora eles vão usar os pequenos, as microempresas e vão importar até pela internet. Agora vão legalizar, agora é de forma legal!

É claro que a sua preocupação procede porque vai ser, na verdade, uma enxurrada neste Brasil afora de produtos importados mais baratos, embora irão pagar imposto para o Governo. O Governo arrecada mais, mas mesmo com essa arrecadação, ainda vai ser uma concorrência desleal com o nosso produto brasileiro. Não tenha dúvida disso! O Governo até usou uma forma de acabar com o chamado contrabando, vão pagar o imposto, legalizar o que é chamado de contrabando, mas com certeza as consequências para o Brasil vão ser desastrosas.

Obrigado.

Deputado Ademar Traiano com o aparte.

### **O Sr. Ademar Traiano (PSDB)**

Deputado Kielse, na esteira do seu pronunciamento, gostaria também de me manifestar. V. Exa. está coberto de razão. Muito bem disse o Deputado Dobrandino, vamos oficializar a sacanagem neste país.

O que vai ocorrer, eu não tenho nada contra os sacoleiros, até acho que deveríamos encontrar uma solução para essa situação, mas documento regulamentado de 2 mil, 3 mil, US\$ 5 mil que seja, oficialmente é permitir que esses 5 mil se transformem em 50, 100, US\$ 200 mil, porque o microempresário sempre vai manter acobertado pelos grandes lá no seu estabelecimento os US\$ 5 mil em mercadoria, guardada dentro do seu empreendimento, enquanto com isso nós vamos oficializar o contrabando de uma prática muito maior, porque com esses US\$ 5 mil ele estará respaldado para apresentar ao fisco e que está protegido pela Legislação.

Estou plenamente de acordo com o seu pronunciamento.

### **O Sr. Edgar Bueno (PDT) (Aparte)**

Quero participar dessa manifestação que Foz do Iguaçu ganhou há pouco tempo atrás, quando o Governo Federal decidiu aumentar a cota de US\$ 150 para US\$ 300. Isso trouxe um certo benefício do desequilíbrio criado no momento em que a Receita apertou o cerco e realmente diminuiu sensivelmente aquele número de 1.000 ônibus por dia, que é verdade, isso acabou em Foz do Iguaçu, não existe mais.

Agora o Presidente, mal informado ou mal orientado, ou talvez nem pediu orientação para os seus técnicos, coloca uma lei, um decreto autorizando que cada microempresário que cria as suas empresas e que vai para

Foz do Iguaçu transportar para cá esses produtos, na minha visão vai acabar com o produto nacional. As indústrias eletrônicas do Brasil podem fechar as portas, elas passarão a não existir mais, podem mandar seus funcionários embora, porque simplesmente elas vão quebrar. E os camelôs do Brasil inteiro - São Paulo está dando um bom exemplo, poucos municípios do Brasil estão dando bom exemplo - mas eles se tornam uma zona franca dentro da cidade. Onde tem camelô, não se fiscaliza. E onde tem uma empresa organizada, pagando impostos, registrando seus empregados, todo dia tem alguém lá fiscalizando essa empresa. Agora, o que vende a pirataria, a televisão contrabandeada, o que vende a arma contrabandeada, munição e todos os produtos eletrônicos, para não falar principalmente da informática, esses simplesmente estão na zona franca! Dentro de qualquer cidade você não vê um fiscal, nem federal, nem estadual fiscalizando a barbaridade do contrabando que vivemos no país, hoje. É um país sem lei, desorganizado, é um país que está destruindo aqueles que, a duras penas, já se organizaram e a pirataria comendo solta por aí, deteriorando aquilo que se cria no nosso país!

Somo-me ao seu pronunciamento e quero dizer que está correta a sua posição. Conte comigo, porque é um assunto que vai trazer muita discussão no país quando as empresas acordarem que a partir desse momento elas podem fechar as suas portas.

### **O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)**

Queremos colocar em pauta um requerimento pedindo ao Ministro da Economia que tenha uma visão ampla o quanto e o que custará principalmente, nesse momento, principalmente ao Paraná. Mas tenho um receio muito grande, como disse muito bem o Deputado Edgar Bueno, Manaus não vai precisar mais existir, mesmo sendo zona franca. Muitas cidades geradoras, como Araucária, virará cidade fantasma no sentido industrial e tecnológico. Não temos condições de competir, não temos valores, não temos questões de regras de tributos, impostos. Temos que ter sensibilidade humana para mostrar ao Ministro da Fazenda e ao próprio Presidente da República que esta pressão unilateral que forçou essa abertura de mercado indevidamente, mostrará um prejuízo que essas empresas que já estão com problemas não vão poder sequer demitir seus funcionários, porque não terão condições de pagar os direitos trabalhistas dos mesmos.

Por isso, peço, Sr. Presidente, durante a semana vamos falar com a FOTRAPAR - Força Trabalhista do Paraná, trazendo os sindicalistas, e vamos fazer a partir do Paraná uma mobilização nacional, porque ainda há tempo. Mas tomara que este tempo seja breve e que o Presidente da República mude a regra do jogo.

Muito obrigado.

### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Apenas chamando a atenção dos Srs. Deputados, temos todos os horários inscritos, o Pequeno Expediente,

o Grande Expediente, temos o Horário das Lideranças totalmente inscrito e temos uma reunião às 17h00. Então, peço a compreensão, para que possamos ser rigorosos no tempo, a pedido do Deputado Jocelito Canto.

Concedemos a palavra ao Deputado Elio Rusch.

### ***Deputado Elio Rusch (Democratas)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tivemos na manhã de hoje duas Audiências Públicas, que coincidiram no mesmo horário. Foi difícil a presença dos Parlamentares aqui na Audiência Pública com a Secretaria da Fazenda e ao mesmo tempo à Audiência Pública sobre a cidade de Curitiba em relação à dívida da CIC.

Mas, quero dizer aos Srs. Deputados que tanto eu como outros Deputados que estiveram presentes na Audiência Pública com a Secretaria da Fazenda, com toda a honestidade aos Srs. Deputados, eu não saí convencido. Não me convenceram, diante dos números que foram apresentados na 1ª Audiência Pública, este ano, em relação ao último quadrimestre e fechamento do caixa do ano passado e também em relação a esta Audiência Pública de hoje.

Quando questionamos e principalmente o Deputado Reni Pereira, em relação ao ativo disponível dos R\$ 195 milhões de créditos a receber, que não poderia ser contabilizado como ativo disponível, nós, naquela ocasião, fomos contestados pelo Dr. Nestor Bueno, dizendo que isto era líquido e certo como dinheiro em caixa.

Pois bem, o que aconteceu? No 2º balanço, os 195 milhões desapareceram. Não foram lançados mais. Primeira prova de que estávamos certos, quando questionamos na Audiência Pública do mês de março. Mas, na manhã de hoje, por mais que questionamos, por mais que indagamos, não tivemos em momento nenhum, através da Secretaria da Fazenda, através do Dr. Nestor Bueno e dos outros técnicos que se apresentaram aqui na Audiência Pública, quer dizer, a humildade do reconhecimento que eles estavam errados.

Deputado Dobrandindo, V. Exa. estava presente, viu claramente. Aliás, ainda contestaram e para mim se criou uma nova frase no conceito de contabilidade pública: ficha de caixa. Diz que o que foi publicado no dia 30 de janeiro, o Dr. Nestor Bueno disse que isto era uma ficha de caixa. Eu mostrei, foi publicado no Diário Oficial, o balanço anual do Governo do Estado. Está escrito: balanço anual do Governo do Estado. Não foram palavras do Elio Rusch e nem de outro Deputado. Eu disse: é relatório resumido de discussão orçamentária, o balanço orçamentário. Foi o Governo do Estado que publicou e o Diário Oficial é do Governo do Estado. Mas, mesmo assim, eles diziam que isto era uma ficha de caixa!

Pois bem, falou-se muito sobre as dívidas herdadas do Governo Jaime Lerner. Ainda se fala da dívida do

Governo Jaime Lerner. Ora! Depois do Governo Jaime Lerner e este Governo, existe um Governo no meio, existe um Governo de 2003 que foi até este ano! E se falou tanto, Deputado Romanelli, e V. Exa. inclusive disse da dívida da ParanaPrevidência. Vamos falar da ParanaPrevidência. E os R\$ 3 bilhões?

O que quer dizer isso aí, Deputado Romanelli? V. Exa. poderia usar o microfone e dizer qual é o gesto que o senhor fez aí? Poderia usar o microfone para dizer qual é o gesto, porque não estou entendendo o que V. Exa. quer dizer!

Os 3 bilhões que o Governo Jaime Lerner deixou na ParanaPrevidência em ativo disponível, isso não falam, não é? Não falam que o antecessor do Jaime Lerner, o Roberto Requião, quando tinha dinheiro no fundo previdenciário, acabou com o fundo previdenciário e desapareceu o dinheiro. Não se fala disso, porque isso não interessa.

Só quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo que amanhã usarei um tempo maior para falar exatamente sobre a ParanaPrevidência: qual é o capital deixado, o que representa a ParanaPrevidência e o que eu entendo por balanço. Mas, o mais triste, encerro agora: neste quadrimestre que apresentaram na manhã de hoje, o estado com a folha de pagamento só pode gastar 60% englobando tudo, o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público. Apresentaram, Srs. Deputados e imprensa do Paraná, e falaram que gastaram 58,33%.

Mentira! Contestei e imediatamente fizeram um novo cálculo e esses números realmente não batem! Gastaram 51,53% com a folha de pagamento, incluindo Legislativo, Executivo, Judiciário e Ministério Público. Ora, errar por 7% o gasto da folha de pagamento no estado não é pouco, mas é muito! Sinto profundamente que não posso concluir o meu pronunciamento e agradeço à Presidência pela benevolência no tempo!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

### ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Vou usar, Sr. Presidente, do horário do PTB, porque o que vou falar aqui é bem grave e pediria a atenção de todos, porque hoje pela manhã assisti a uma aula e foi melhor que a “Escolinha do Requião”. Hoje tivemos uma aula de contabilidade pública aqui na Sessão desta Casa.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, primeiro vou transcrever, até porque não tínhamos as notas taquigráficas na Sessão deste Poder hoje pela manhã, não havia as notas taquigráficas hoje pela manhã na Sessão Pública, que acho que é importante, e agora vou transcrever, porque tenho tido todo cuidado de guardar todas as Sessões desta Casa. Disponho de um arquivo de todas as Sessões

desta Casa, até porque se lá frente alguém falar alguma coisa, temos como mostrar dados de cada Sessão aqui apresentada. Mas, fiquei abismado ao ouvir aqui nesta Casa o Secretário de Finanças do Paraná dizer que jogou 400 milhões de dívidas que veio do Governo anterior e não fez nada, fez um acordo e chegou a receber os cumprimentos do Governador Jaime Lerner. O Lerner ligou e disse: “Olha, muito obrigado! Vocês são gente boa nesse Governo! Vocês não fizeram nada com os 400 milhões. Parabéns para vocês! Obrigado!” É o Lerner e não sou eu, é o Jaime Lerner falando e está na Sessão de hoje e quem assistiu, ouviu isso. O Jaime Lerner pega o telefone e liga para o Heron Arzua: “Obrigado, vocês não fizeram nada em cima de mim”. Foi o Secretário que disse isso aqui, Deputado Edson, o Secretário de Finanças do Paraná disse isso. E a mim vem um dado mais preocupante, Deputado Belinati, Deputados que já foram Prefeitos: e o Tribunal de Contas fez o quê, Deputado Péricles? O que o Tribunal de Contas fez com as contas de 2002 do Jaime Lerner? Palavras ditas aqui do Secretário Heron Arzua: “Recebemos o estado com insuficiência de caixa de 400 milhões”. Deputado Reni disse: “Como a Lei de Responsabilidade estava começando, entendíamos que não devíamos fazer nada”.

Eu quase caí da cadeira hoje! Outro dia eu quase tive um ataque cardíaco aqui na Sessão do Tribunal de Contas. Se não fosse o Deputado Romanelli dar um grito dali, o grito do Romanelli balançou meu coração e eu voltei, foi tipo um daqueles choques e eu fiquei bom de novo, naquela Sessão na semana passada. O Romanelli deu um grito daqui: “O que houve?” E eu falei: ai meu coração! É que tinham falado do Tribunal de Contas. E agora se confirma o que eu estou falando aqui: o Secretário de Finanças, um homem sério, para mim, o Heron Arzua é um homem de biografia, e eu jamais vou repetir aqui o que eu disse de manhã diante dele, e que não houve comentário nenhum, de que eu não estou acusando o estado de desviar recursos, roubar, vou usar a palavra bem popular; eu estou dizendo que o Secretário disse aqui pela manhã que havia um furo de 400 milhões no orçamento do estado, e o Tribunal de Contas aprovou as contas e mandou para esta Casa aqui dizendo que era para aprovar!

Deputada Beti, V. Exa. que já foi Prefeita, imagina se um Prefeito do interior faz isso, o Tribunal de Contas - não sei para que tem Tribunal de Contas, sinceramente não sei - o Secretário de Finanças veio aqui e disse que tinha um buraco de 400 milhões de insuficiência de caixa, e disse que o Jaime Lerner ligou para ele, toca o telefone: “Alô, Jaime?” É o Jaime Lerner, é sim, é o Jaime Lerner ligando.

Deputada Cida, estou fazendo aqui uma cena, mas não é teatro, é verdade, o Jaime Lerner agradece: “Olha, muito obrigado, vocês foram magníficos”. E o Requião, o que o Requião está fazendo? O Requião bate toda semana no Jaime Lerner, chama ele de quadrilheiro, será que não sabia disso? Será que o Governador não sabia disso?

O Heron Arzua disse aqui que recebeu um telefonema do Jaime Lerner agradecendo o que eles não fizeram. Peguem a fita, não tem notas taquigráficas, mas tem fitas, tem a voz. Eu vou fazer um apanhado, eu vou editar os melhores momentos, como tem os melhores momentos do jogo, eu vou editar os melhores momentos da fala do Heron Arzua e do Dr. Nestor Bueno. Seiscentos milhões, a previdência descoberta no Governo anterior pelo atual Governo. E o Deputado Veneri perguntou se era dinheiro dos trabalhadores, e ao que eu entendi, vou pegar a fita, ainda não deu tempo, parece que tem dinheiro até dos funcionários da Assembléia, do Poder Judiciário, que não foi pago, e que está lá. Mas o Tribunal chefe, o que o Tribunal faz? Aprova tudo isso? Deputado Tadeu Veneri essa denúncia aqui é grave dos 600 milhões, que veio do Governo anterior, que é dos trabalhadores.

Então, Sr. Presidente, só quero perguntar ao Tribunal de Contas do Paraná: escuta, o que o Tribunal faz? Só ferra Prefeito do interior?

O Secretário de Finanças vem a esta Casa, que tem que fiscalizar, e diz que faltou dinheiro lá, mas cadê a Lei de Responsabilidade Fiscal? Ou ela só vale para os Prefeitos do interior? Governador não precisa cumprir?

Nessa prestação de contas que o Governo fez, agora, com todo respeito, esqueceram que o Governo Requião terminava dia 31 e começava outro, tanto é que ele é obrigado a vir aqui, tomar posse. Dia 31 de dezembro acabou o Governo Requião e daí veio um novo, que começou dia 1º de janeiro deste ano. O Governo que sai tem que cumprir a lei do mesmo jeito, mesmo que ganhe ou perca a eleição!

Eu protocolei vários documentos, hoje, ao Secretário, e acho que há alguns equívocos gravíssimos do Governo. Não é desvio de dinheiro. Não acredito nisso. Há erros administrativos bem graves, mas que para o Ministério Público isso dá para cassar Prefeito e para o Tribunal de Contas não tem a segunda oportunidade.

Disse aqui o Dr. Nestor Bueno - Deputado Elio Rusch, acho que o senhor não sabe disso - sabe o que o Nestor Bueno disse? Acho que o senhor já tinha saído. Sabe o que ele disse? Quem mandou fazer o 2º balancete? O senhor sabe quem foi? Quem? Se o senhor acertar vai ganhar um pastel daqueles que tem carne só lá no fundo! O Tribunal de Contas mandou fazer o 2º balancete. Mandou fazer um 2º balancete e publicar. Foi o Tribunal que orientou e pediu autorização para Assembléia para aprovar as contas ou não. Está sob diligência ainda. Estamos aguardando.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje foi um dia histórico para esta Casa. Eu sei que não dá nada eu falar aqui, não resolve nada, mas eu vou fazer o meu papel. Aqui na Casa tem um negócio que nós chamamos Anais, onde você consulta e tem a história. Eu vou fazer a minha parte. Eu vou colocar meu nome sempre, aqui, quando eu achar alguma coisa errada. Então, vou colocar nos Anais o que estou falando, hoje, aqui, de que está errada a prestação de contas, não se

cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Governo errou, o Tribunal de Contas errou.

Aprovaram-se as contas do Governo Lerner com furo e não se cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal! Quem disse isso foi o Secretário, na Sessão de hoje, mas não vai dar nada! Amanhã não sai na imprensa! Não tem problema, pois já estou acostumado. Às vezes, se cria algo parecido para tirar aquele foco, cria algo para tirar o foco. Não tem problema, eu vou fazer a minha parte. Sei que não apago esse fogo, mas vou jogar uma gotinha de água para fazer a minha parte - aquela história do passarinho.

Deputado Reni provou que está errada a prestação de contas, fugiu à Lei de Responsabilidade Fiscal. O Governo Lerner errou? O Secretário disse que errou, que nenhum Deputado questionou aqui, que passou com furo. Ele admitiu que passou com furo e recebeu os parabéns do Jaime Lerner. Jaime Lerner aprendeu até a cantar parabéns depois que saiu do Governo e ligou para cumprimentar o Secretário.

Quero ver a “escolinha”, amanhã, quando o Requião vai falar o quê para o Secretário Arzua. Ou ele não sabia disso? O Arzua disse, aqui, hoje isso aí.

Para finalizar, Sr. Presidente, nesse caso não adianta falar mais. Se vier a resposta está bom, se não está bom também, pois fiz a minha parte.

Sr. Presidente, quero apoiar o movimento para liberar os recursos para a cidade de Curitiba. Estive na reunião, hoje, e dei o meu testemunho como o evangélico dá seu testemunho quando recebe uma bênção. Meu testemunho foi que, em 1999, eu também não recebi o Paraná Urbano, porque o Governador da época resolveu que não daria o Paraná Urbano para Ponta Grossa e não deu. Cortou, disse que não ia dar, prometeu na campanha e não deu. Passou a eleição e ele não deu. O Secretário do Desenvolvimento Urbano confirmou na CPI, depois, que era uma discriminação. Tenho as notas taquigráficas. E hoje não quero que o Beto Richa passe o que eu passei. Quando Prefeito em 1988/1999, não recebi um pedaço do Paraná Urbano, porque o Governador não quis dar. Ele foi lá em Ponta Grossa, cobre e ele não gostou, ficou bravo e não deu. Então, o que o pessoal de Curitiba está passando hoje, que o Beto Richa está passando, eu passei também. Não deu absolutamente nada para Ponta Grossa dessa parte que ele havia prometido.

Sou solidário ao Prefeito Beto Richa, espero que ele receba o Paraná Urbano, o dinheiro internacional, que é um direito. Quem já passou na pele como eu, sabe o que isso significa.

Por isso que sou favorável ao Beto, peço a todos os santos e a Nossa Senhora do Rocio, que é padroeira do Paraná, que abençoe o Prefeito para que ele possa receber os recursos, porque eu não consegui. Todo Governo faz isso. Depende do dia, da cabeça, o Lerner fez isso comigo, o Requião está fazendo agora com o Beto, isso é coisa de política. Em política, tudo acontece.

É isso, Sr. Presidente. Quero agradecer e deixar esse registro: está nos Anais desta Casa o pronuncia-

mento, amanhã pode não estar em lugar nenhum, mas está aqui, nos Anais desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, Deputado Reni Pereira.

## ***Deputado Reni Pereira (PSB)***

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, subi nesta tribuna porque foi desta mesma tribuna que o Governador pediu para que a Assembléia não o deixasse errar.

No mês de março, no dia 22 de março, fizemos uma denúncia e confesso, naquele momento, uma denúncia baseada realmente numa indução que alguma coisa poderia estar errada e na confiança de que seríamos respondidos. A reação do Governo nos fez induzir que alguma coisa estava errada, e hoje pela manhã, tivemos a confirmação que realmente estava errada. E, quando levantei, Sr. Presidente Augustinho Zucchi, essa questão, fiz de maneira isolada. Posteriormente, levei ao conhecimento do bloco que lidero, tive anuência da Deputada Rosane, do Deputado Edson Praczyk, do Deputado Chico Noroeste, Deputado Fernando Ribas Carli, posteriormente os Deputados da Oposição, em especial do PDT, começaram a se inteirar. E o respeito que este Poder deveria ter tido, não teve. Infelizmente, aquilo foi virando uma bola de neve.

Hoje pela manhã, o Secretário da Fazenda confirmou que teve acesso àquela denúncia de que estava errado, na Audiência Pública, através da nossa afirmação. Falou que nem Requião, nem ele, nem Dr. Nestor, nem os técnicos sabiam daquilo. Vão tentar achar o estagiário que fez aquilo, que ninguém sabia.

Agora, quero dizer ao Líder do Governo que há uma necessidade legal, não é necessidade que este Deputado está querendo. Que esse relatório que veio ser prestado, aqui, no mês de março e que foi publicado no Diário Oficial, em 20 de janeiro, seja assinado pelo Requião, pelo Secretário da Fazenda e ainda pela pessoa que é o gerenciador - nesse novo cargo que foi criado - não sei quem nomearam. Portanto, ou o Requião não cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal ou assinou sem ler o que assinava.

Quero dizer, Deputado Augustinho Zucchi - não vou usar a liderança do bloco, porque vou sair, agora, às 16 horas - vou fazer uma consulta formal a um órgão, para ver se essa consulta, Deputado Romanelli, que o Deputado falou que o tribunal deu ao governo do Estado, foi depois de ter recebido a retificação ou antes? Porque o Tribunal atua como órgão consultivo em tese e não em cima de fatos ocorridos. Se foi em cima de fatos ocorridos, a situação já estava consolidada em relação a esse estorno dos 600 e poucos milhões e também em relação à contabilização daquilo que foi reconhecido e que não poderia ter sido contabilizado como dinheiro em caixa.

Quero dizer a V. Exa. que não polemizei, fiz aqui o meu papel. V. Exa., hoje, quando tentou cercear o meu direito de continuar indagando aquilo que está errado, com certeza, não ofendeu a mim, mas a todos os Parlamentares que sabem do seu dever.

**O Sr. Luiz Cláudio Romanelli (PMDB)**

V. Exa. me permite um aparte?

**O SR. RENI PEREIRA (PSB)**

Não estou no horário do Grande Expediente. Vou tentar esticar para dar um aparte a V. Exa.

Tenho uma estima não só por V. Exa., pela sua história como democrata que é, pelo Heron Arzua, que declarei, hoje, publicamente, do meu orgulho de ser paranaense e de ter um Secretário com o conhecimento dele, dos técnicos. Errar é humano, tanto é que eu poderia ter errado. Confesso que antes de procurar apoio dos meus Pares, das pessoas que fazem parte comigo no bloco e os demais Deputados desta Casa, fui pedir instrução a Deus. Sei que V. Exa. pode até dar risada, mas não ria, porque é muito sério e veio a palavra que eu deveria perseguir, porque eu estava com a razão, como de fato veio hoje. Vou continuar atuando de acordo com o meu dever de Parlamentar, porque é nossa obrigação fazer isso. Se eu não o fizesse, estaria negligenciando

Infelizmente, hoje de manhã, tão logo o Secretário admitiu o erro, confesso a V. Exa. que eu me dei por satisfeito e só iria depender de como eles contabilizaram ou estornaram esses 620 milhões. Criou-se um clima na Casa - não sei se vocês perceberam que eu, o Deputado Elio Rusch a Deputada Rosane e não lembro mais quem que não faz parte da Bancada do Governo - tentaram subir, como se estivéssemos errados. V. Exa., tomara que tenha induzido o Secretário a erro, porque ele fez afirmações, ali daquele microfone, muito sérias.

O nosso Diretor-Legislativo me garantiu as notas taquigráficas para ainda hoje. Quero passar a cópia destas para todos os Deputados - Sr. Deputado Nelson Justus, que acaba de assumir. Vou grifar embaixo aquilo que ele falou e vou citar o artigo da lei que foi ferido, de acordo com as informações dele. Das duas uma. Líder do Governo, ou o nosso Secretário Heron, depois da sua incisiva insistência em querer que nós dêssemos por morta a questão hoje e tinha que ser naquele momento, apesar do apelo do Presidente da Assembléia, para que V. Exa. respeitasse o Regimento e deixasse os Deputados falarem.

Tanto o Dr. Nestor, quando o Secretário da Fazenda fizeram algumas afirmações, que são graves e terão que explicar não a mim, a esse Poder e ao Tribunal de Contas, porque dizer que o Tribunal de Contas orientou a mudar o orçamento - vão ter que dizer e mostrar. Dizer que havia sido feito um acordo, lá atrás, como Deputado Jocelito Canto falou, é muito grave! Tenho certeza que nem o Governador sabia, se é que isso ocorreu. Tomara que isso não tenha ocorrido. Se existiu esse

acordo para puxar a sujeira para debaixo do tapete, é muito grave, seja de Lerner, seja de quem for! Estamos aqui para fazer o nosso papel!

Concedo um aparte ao Líder do Governo, Deputado Romanelli.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Deputado Reni Pereira, quem ouve V. Exa. falar, até por conta da forma incisiva com que se manifesta desta tribuna, certamente leva a crer que V. Exa. está absolutamente possuído de razão no que fala.

Quero dizer, Exa., que nós, claro, divergimos profundamente da sua fala. Quero dizer que as afirmações feitas, aqui, hoje, nesta Casa, tanto pelo Dr. Nestor Bueno, quanto pelo Secretário Heron Arzua, foram feitas da forma mais aberta e transparente possível. Quero dizer mais, Exa., há uma grande confusão que, sinceramente, creio que é de boa-fé. Mas, olha, há uma mistura do que é um relatório que tem que ser apresentado e que tem que ser publicado e o que é Audiência Pública, quando o Governo tem que vir aqui apresentar os números, se não me falha a memória, é o parágrafo 4º, inciso IX, da Lei Complementar nº 101, que diz o seguinte: O Governo tem que vir aqui e apresentar um relatório das metas fiscais do quadrimestre. Foi isso que o Governo fez, adicionado, é claro, àquele requerimento que havia sido formulado pelo Deputado Durval Amaral.

Então, quero dizer a V. Exa. que o nosso Governo é um Governo que tem absoluta transparência no que faz. Os técnicos que produzem esses relatórios, Deputado Reni, V. Exa. os conhece, são os mesmos técnicos que estão trabalhando há mais de 20 anos, 25 anos, na mesma área. Os relatórios são frutos do SIAFI - Sistema Integrado de Informações Financeiras do Estado, são documentos públicos sem "matemática".

Então, V. Exa. tem mesmo que ir ao Tribunal de Contas, fazer a consulta, aprofundar a discussão. Só, por favor, V. Exa. mantenha uma coerência em relação à verdade, de perseguir à verdade. O nosso Governo é um Governo sério, composto de gente austera e que tem um compromisso fundamentalmente com a boa gestão do dinheiro público.

Por isso, quero agradecer o aparte, mas penso que V. Exa. nesse tema tem que readquirir a serenidade, como estudioso que é, reconhecer os acertos, apontar, claro, os eventuais erros, mas penso que esse tema, na verdade, é um tema para ser superado, porque reconheçamos aqui, hoje, pela manhã, o que eu tentei aqui, V. Exa. mesmo faz uma afirmação dizendo que eu tentei obstruir a discussão, muito pelo contrário, o que eu disse é que pedi ao Presidente, como Presidente da Casa e que presidia a Audiência Pública, que permitisse que o Deputado pudesse fazer todas as perguntas de forma objetiva e as respostas também fossem objetivas, para que não pairasse nenhuma dúvida sobre aquilo que foi perguntado e o que foi respondido. Foi essa a minha questão de ordem que eu formulei pela manhã, porque acho que é fundamental que

o Parlamentar, livre, independente, possa formular aquilo que acha importante.

Então, acho que V. Exa. inteligente da forma que é, pode, de fato, buscar a informação, mas vamos superar esse tema porque acho que está por demais discutido e, certamente, não devo eu, não minha avaliação, merecer tanto entusiasmo na discussão, porque temos outros temas tão ou mais importantes para serem discutidos.

Obrigado, Deputado. Me alonguei no aparte, mas acho que, em consideração a V. Exa. era importante dizer essas palavras.

#### O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Percebi que V. Exa. alongou-se.

Bom, Deputado, a coerência nunca me afastou desse debate. Agora, a gravidade que esse debate tem, eu também não posso minimizar, V. Exa. não precisa nem usar novamente o microfone, mas se quiser discordar, o Secretário da Fazenda hoje declarou, publicamente, que não tinha conhecimento dos erros que foram denunciados por este Parlamentar por ocasião da contabilização de 195 milhões de créditos a receber como dinheiro em caixa, que nem ele, nem o Requião, e nem os técnicos tinham conhecimento. V. Exa. escutou isso como eu escutei, portanto, eu estava certo na minha afirmação, lá atrás, o que permitiu que o próprio Governo refizesse. E o que eu quero, e acho que é um direito meu, é saber: com base no quê publicaram o novo balanço?

Então, não quero polemizar, mas é grave, Deputado Romanelli, pelo seguinte: se entendemos como o próprio Secretário da Fazenda entendeu que não podia ter contabilizado e estornaram os 195 milhões em relação àquele balanço publicado no dia 30 de janeiro, ainda que foi falado que era breve, era uma folha, não sei o quê, mas a Lei de Responsabilidade não fala nada disso, fala em balanço publicado no dia 30 de janeiro.

Então, o que acontece, Deputado Romanelli, se nós entendemos que estava errado, também pode estar errado, a partir de agora, que eles fizeram o estorno desses 620 milhões com base numa consulta ao Tribunal e se esta consulta a esta instrução do Tribunal foi depois que eles publicaram aquilo em janeiro, estava em vigor aquele balanço de 30 de janeiro com a contabilização de 620 milhões. Se estornarem os 195, logicamente passou no vermelho e a Lei de Responsabilidade é clara.

Então, é isto que eu quero: a partir do momento que me demonstrarem na lei onde tem a possibilidade de publicar 2 balanços, me demonstrarem na lei a possibilidade de estornar esses 620 milhões, V. Exa. pode ter certeza que não agirei como o Secretário de esperar 5 meses para dizer que estava errado. Subo na tribuna - e é um compromisso que faço com V. Exa. - no dia seguinte e assumo: olha, aconteceu isto, com base nesse artigo, o governo fez, realmente está superado. Agora, por enquanto, não está superado.

(Vozes paralelas)

#### O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte: Deputado Reni Pereira?

(Assentimento)

Quero cumprimentar V. Exa.. V. Exa. está correto, faz um pronunciamento sério, técnico, correto, não cometeu nenhum erro. V. Exa. já conseguiu que o Secretário dissesse nesta Casa que realmente houve um erro e V. Exa. abriu um precedente para todos os Prefeitos do Paraná. Atenção, Srs. Prefeitos do Paraná, tem uma lei orgânica aprovada por esta Casa que o direito concedido a outro Poder caberá também aos atuais Prefeitos.

Então, os Srs. Prefeitos, Deputado Reni, terão direito de publicar a segunda prestação de contas, a partir de agora. Todos os Prefeitos do Paraná vão ter direito também a fazer a segunda prestação de contas. O Tribunal abriu um precedente para o Governo do Estado e isto terá que ser colocado à disposição de todos os Prefeitos do Paraná, que poderão retificar os seus relatórios, porque a Lei Orgânica aprovada por esta Casa tem um artigo da lei que diz que o que tem para um o outro também tem o mesmo direito. São direitos legais, iguais.

Então, parabéns a V. Exa. V. Exa. está correto, fez o justo e está na Sessão de hoje que V. Exa. está certo, V. Exa. não errou em nada. Quem está errado é exatamente o Governo, que fez a prestação de contas errada.

#### O SR. FELIPE LUCAS (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero fazer um convite para irem a Irati, na quarta-feira, onde haverá uma Sessão Solene da Assembléia Legislativa, às 10 horas, na Câmara Municipal de Irati.

Queria agradecer muito ao Presidente da Assembléia Legislativa, ao Deputado Nelson Justus, ao Secretário Alexandre Curi e todos que concordaram que essa Sessão Solene aconteça lá. São 100 anos de aniversário de Irati, o centenário. Queria convidar a todos os Deputados, às 10 horas será a Sessão Solene, os convites foram encaminhados a todos os gabinetes, às 11 horas terá a instalação da 2ª Vara da Comarca de Irati, e ao meio-dia um almoço e esse convite é feito pelo Prefeito Municipal de Irati, Dr. Sérgio Stoklos, a todos nós Deputados.

Gostaríamos da possibilidade de que todos estivessem participando o mais possível, teremos um almoço e depois, se for como gosta o Jocelito e o Alexandre Curi, teremos um futebol para descontração.

Estão todos convidados, gostaríamos da presença de todos para que conheçam mais Irati, que está de parabéns, mas de parabéns principalmente a Assembléia Legislativa, atendendo este convite.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Esta Presidência quer encarecer aos Srs. Deputados, temos ainda o Deputado Pedro Ivo, no Grande Expediente, temos uma reunião às 17 horas, no plenário.

nho, queria encarecer a V. Exas. para que fossem breves, por gentileza.

### **Deputado Tadeu Veneri (PT)**

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, serei breve, quero só fazer duas comunicações a esta Casa.

Primeira: nós temos participado, eu e o Deputado Péricles, do processo grevista na SANEPAR e que se não obteve, naquele momento que terminou o êxito como nós esperávamos, felizmente caminhou para que nós tivéssemos um solução, nesta semana. Os trabalhadores da SANEPAR receberam um percentual de 3.12 que era o inicial mais R\$ 55,00 de NA em todos os salários e vão discutir a PPR que é a participação de resultados, dentro de 60 dias, isso sinalizado pelo Governador Roberto Requião, que entendeu e teve sensibilidade para receber e encaminhar os pleitos durante o processo de negociação.

Faço esse registro aqui, Deputado Dobrandino, porque quando ocorreu o processo de paralisação nós viemos e solicitamos inclusive o apoio desta Casa aos trabalhadores que estavam no processo e hoje, justamente, é uma satisfação poder vir aqui e fazer esse registro.

O segundo ponto que eu quero abordar, Sr. Presidente, rapidamente também, o Deputado Pedro Ivo fará a apresentação dos representantes que irão falar sobre o movimento dos faxinalenses, porque nós temos amanhã, por promoção do Deputado Pedro Ivo e por nosso mandato, uma Audiência Pública que será feita para que possamos ouvir as reclamações, os anseios, todas as colocações que serão feitas por essas comunidades tradicionais que querem o seu reconhecimento. Nesse sentido, Sr. Presidente, faço uso desta tribuna porque no dia de hoje estamos protocolando um projeto de lei para que as comunidades faxinalenses tenham seu reconhecimento a partir de determinadas condições, como já têm os quilombolas, remanescentes dos quilombos que hoje têm seu reconhecimento a partir de determinadas situações.

Quero só deixar registrado aqui que é um assunto extremamente novo e interessante para nós todos, o modo de produção, talvez até esquecido já, mas que é importante e por outro lado enfrenta graves resistências. Recentemente tivemos, no dia 22 de junho, um faxinalense que foi assassinado justamente por defender a sua terra, Antônio Novakoski, 25 anos, foi mais uma vítima desta luta para defender os territórios tradicionais. Isso aconteceu na comunidade do Faxinal do Embu, no município de São Mateus do Sul. Acredito que no dia de amanhã, Deputado Pedro Ivo, estaremos relatando porque os membros das comunidades faxinalenses estarão lançando, aqui na Assembléia Legislativa e também para a imprensa, toda uma série de documentos colocando os conflitos que estão ocorrendo nessas regiões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

### **Grande Expediente:**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente, Deputado Pedro Ivo.

### **Deputado Pedro Ivo (PT)**

O SR. PEDRO IVO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou ser muito breve, até porque foi reservado esse espaço para o Sr. Hamilton José da Silva, Coordenador da Articulação Puxirão, da comunidade do Faxinal dos Ribeiros e do município de Pinhão. E também para o Sr. Roberto Martins de Souza, do Instituto Equipe de Educadores Populares, que vão falar sobre a Audiência Pública que estaremos realizando em parceria com o nosso gabinete e toda a bancada do Partido dos Trabalhadores. Gostaria de reforçar que o Deputado Tadeu Veneri colocou a importância deste tema para o estado do Paraná. O Paraná possuía mais de 100 faxinais, hoje são em torno de 45 faxinais em todo o estado do Paraná. É um modelo de vida em que as pessoas que vivem dentro daquele território possuem as suas áreas de terra, possuem a escritura, mas elas optaram em viver em um sistema onde se compartilha um série de coisas. Desde a questão das terras, o criatório dos animais, não existe cerca dentro dessa área de terra. E é muito claro quando enxergamos de cima a região dos faxinais ou nas fotos por satélite, que percebemos aquelas manchas verdes de florestas preservadas nesses criatórios que são conduzidos de forma coletiva.

Então, o modelo que essas famílias se adaptaram, é importante que se respeite esse modelo de trabalho. Isso ocorre em muitos países, não os faxinais, mas semelhantes, como por exemplo em Israel os Kibuts, onde mesmo sendo um regime capitalista, mas dentro desses regimes capitalistas há experiências socialistas. É importante preservarmos esses faxinais, que é um modelo diferente. Mesmo o país vivendo em um regime capitalista, mas preservar essas experiências.

Amanhã, estaremos aqui com várias autoridades, representantes do IAP, do INCRA, palestrantes, professor da Universidade de Manaus, que estará presente colocando uma pessoa muito conhecida no mundo todo. Vamos estar escutando as ponderações desses representantes dessas comunidades.

Convidamos a todos para estarem presentes amanhã e participar dessa Audiência Pública que será neste espaço, aqui, do Grande Expediente.

Encerro e passo a palavra ao Sr. Hamilton José da Silva e ao Sr. Roberto Martins de Souza.

### **Sr. Hamilton José da Silva - Coordenador da Articulação Puxirão**

O SR. HAMILTON JOSÉ DA SILVA

Boa tarde a todos os presentes.

Meu nome é Hamilton, moro no Faxinal dos Ribeiros em Pinhão, sou um dos Coordenadores do movi-



mento social dos faxinalenses, Articulação Puxirão dos novos faxinais. Também sou membro da Comissão Nacional das Comunidades e Povos Tradicionais do Brasil.

Estou, aqui, neste espaço reservado a nós, representando o Movimento Nacional da Articulação Puxirão, e dizer a todos que estamos organizados em movimento para reivindicar os direitos adquiridos para nós. Também estamos organizados para discutir junto às comunidades os problemas e os conflitos das nossas comunidades de faxinalenses. E nossos trabalhos de movimento e em todas as comunidades que estão inseridas no nosso movimento, nós produzimos 2 documentos importantes para nós, que são: o dossiê de conflitos, que acontece em todas as comunidades faxinalenses onde trabalhamos. Está registrado neste dossiê que vamos lançar amanhã, na Audiência Pública.

Produzimos, também, a cartografia social dos faxinalenses, que também vamos lançar amanhã, na Audiência Pública, aqui nesta Casa de Leis, às 9 horas.

Está sendo protocolado, também, um anteprojeto de lei em reconhecimento aos faxinalenses, aqui nesta Casa. Projeto que vem reconhecer a nossa categoria, não apenas como agricultor camponês, mas como o nosso modo de vida próprio que é o faxinalense.

Como bem falou o Deputado Pedro Ivo, são mais de 100 faxinais que já desapareceram por falta de uma política específica para nós. Resta os faxinais que ainda têm e nós estamos organizados para reivindicar as políticas que venham ao encontro dos nossos costumes, ao nosso modo de vida. Para isso, precisamos ser reconhecidos juridicamente pelo estado.

Queria convidar os Deputados e Deputadas para amanhã, às 9 horas, aqui nesta Casa, fazer parte conosco, debatermos na grande Audiência Pública sobre nós faxinalenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Temos mais um orador inscrito, com a palavra o Sr. Roberto Souza.

### ***Sr. Roberto Souza - Instituto Equipe de Educadores Populares***

O SR. ROBERTO SOUZA

Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Com bastante preocupação trazemos esse tema, esse assunto sobre a diversidade sócio-cultural do Paraná, que diferente do que vem se anunciando, desde as décadas de 60 e 70, um estado que representa para fora unicamente o celeiro da produção alimentar do Brasil, baseada no agronegócio, baseado na produção de soja, de fumo e de diferentes tipos de culturas desenvolvidas, principalmente nos latifúndios.

No Paraná, percebemos a existência de um estado rico de diversidade sócio-cultura, portanto, de diferentes

identidades étnicas. Isso nos chama a atenção porque infelizmente esta Casa de Leis, infelizmente os diferentes governos dos últimos 20, 30 anos da Nova República, não puderam e não reconheceram a existência dessa diversidade sócio-cultural.

Portanto, desde a emergência de diferentes culturas e identidades étnicas postas na Constituição Federal de 1988, percebemos que o estado do Paraná, não conseguiu reconhecer juridicamente a existência dessas diferentes culturas existentes aqui no Paraná.

Portanto, estão fora do reconhecimento jurídico e formal da legislação paranaense os quilombolas, os caiçaras, os faxinalenses, os ribeirinhos e outros tantos tipos de comunidades que não foram reconhecidos para a sua permanência e existência coletiva.

Portanto, nos preocupa bastante a inserção desse tema, na medida que mais de 150 faxinais, já desapareceram, nos últimos 30 anos, no Paraná. E fazemos questão de ser provocativos, no sentido de dizer que o não reconhecimento dessa existência coletiva é resultado, também, da não existência de política para essas comunidades tradicionais e, que significa o extermínio dessa cultura própria que nasceu aqui, no estado do Paraná.

Se queremos relegar um conhecimento tradicional, um saber tradicional, práticas tradicionais e, sobretudo uma entidade própria do estado do Paraná é relegarmos, marginalizarmos a existência dos faxinalenses, porque o estado do Paraná, especialmente o Paraná tradicional, importante citar que a composição dele antes da imigração dos gaúchos na década de 70, muito antes disso, da colonização dos ucranianos, poloneses, italianos e alemães, era composta fundamentalmente por faxinalenses toda essa região de Curitiba, que tem mais de 50 anos de vida. Os Deputados, muitos deles, podem nos confirmar isso. Essa região toda que vai de Curitiba até União da Vitória, se estende para Pinhão, Pitanga, e além do oeste, eram regiões colonizadas por faxinalenses. Uma identidade que vem sendo negada desde o processo de colonização dos imigrantes e posteriormente da chegada dos imigrantes gaúchos no estado do Paraná.

Essa, portanto, é uma identidade de fundamental importância para o povo paranaense, porque ela reflete as origens, as raízes. Não há nenhuma novidade em se afirmar isso. O grande problema que percebemos é a ausência de políticas no estado, tem sistematicamente negado a sua existência. E hoje não são mais 150 comunidades, não são mais 200 comunidades que existem, não são nem mais 50 comunidades.

Hoje, contamos o desaparecimento dos faxinalenses, ano após ano. O que nos preocupa é que hoje contabilizamos 3 mil e 500 faxinalenses, e esses 3 mil e 500 resistem ainda contra várias investidas do plantio de pinus, do plantio de soja, eles vêm desaparecendo e para trás vai ficando o rastro de uma identidade étnica e cultural que povoou construiu o estado do Paraná e infelizmente não existe brecha legal, não existe reconhe-

cimento por parte do Legislativo, do Executivo, do estado brasileiro, sobretudo, desse povo tradicional.

Portanto, amanhã é o dia extremamente importante para os faxinalenses, sobretudo, para a memória e, sobretudo para a memória do povo do estado do Paraná, porque amanhã o nosso interesse é debater a história, a memória, mas também o presente e o futuro dessas comunidades.

Por isso se faz necessário e urgente se discutir o reconhecimento jurídico dentro desta Casa de Leis.

## ***Horário das Lideranças***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças. PTB. PDT. Bloco PSB/PL/PRB/PV, Bloco PPS/PMN, Democratas, PP.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Só para anunciar que amanhã faremos um pronunciamento, porque hoje vários Parlamentares ocuparam o microfone atacando e criticando os sacoleiros. Amanhã vou ocupar a tribuna para defender os sacoleiros.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Nós ingressamos na Mesa com requerimento pedindo a convocação do Sr. Secretário do Desenvolvimento Urbano, porque tivemos hoje uma Audiência Pública, onde foi convidado, entre outros, o Secretário do Desenvolvimento Urbano. Nós queríamos discutir o assunto Curitiba e agora já surgiu não apenas Curitiba, dezenas de municípios que firmaram convênios com o Governo do Estado, com o FDU e o Governo do Estado não está cumprindo o contrato firmado. Por esta razão, hoje tivemos a presença no plenarinho do Prefeito Beto Bicha, do Senador Osmar Dias, dos Vereadores de Curitiba, de vários Parlamentares e também dos técnicos afins, onde trouxeram informações importantíssimas. E por esta razão, pela ausência do Sr. Secretário, estamos pedindo a convocação do Secretário, porque necessitamos das informações do Secretário, para um segundo passo, mediante essa situação.

Justifico e encaminho, porque iríamos fazer um pronunciamento, todas as Lideranças, a dos Democratas, a do PDT, a Liderança do PPS, dos Partidos de Oposição. Faríamos pronunciamentos, mas a pedido de V. Exas., devido a reunião que tem com os Srs. Parlamentares, estamos deixando para o dia de amanhã. O requerimento fica na mesa para ser votado no dia de amanhã.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (**Pela Ordem**)

Estamos redigindo um requerimento para ser enviado à Mesa, solicitando a retirada por 10 Sessões, do item nº 10, Projeto de Lei nº 359/07.

Obrigado, Sr. Presidente.

## ***Ordem do Dia***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a Mesa, Ofício nº 035/07, subscrito pelo Sr. Deputado Rui Hara, constante do expediente, comunicando que, a convite do Sr. Prefeito de Curitiba, assumirá o cargo de Secretário Municipal e para tanto está solicitando licença do seu mandato de Deputado Estadual. **À Diretoria de Assistência do Plenário, para incluir no Expediente.**

Indicação nº 186/07, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, o alargamento da Rodovia PR-153, que une a Alameda Virgílio Moreira até a UNICENTRO, iluminação no mesmo percurso; construção de uma ciclovia e asfalto na entrada da UNICENTRO na mesma rodovia. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 187/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, a liberação de recursos para a construção de um hospital geriátrico no município de Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 188/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, uma atenção especial e atendimento às necessidades da Associação dos Produtores de Poema Alvorada, com sede no distrito de Alvorada, no município de Nova Tebas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 189/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, uma atenção especial e atendimento às necessidades da Associação dos Produtores de Rurais Comunidades Unidas, com sede no distrito de Alvorada, no município de Nova Tebas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 190/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, uma atenção especial e atendimento às necessidades da Associação Comunitária São José do Barreirinho do Meio, com sede no município de Nova Tebas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 191/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, uma atenção especial e atendimento às necessidades da Associação Comunitária dos Produtores Rurais da União de Santa Clara, com sede no município de Nova Tebas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 192/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, uma atenção especial e atendimento às necessidades do Projeto Trator Solidário, do município de Marilândia do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 193/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo à BRASILTELECOM o atendimento do pleito efetuado por moradores do município de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 194/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, uma atenção especial e atendimento às necessidades da Associação dos Produtores de Caprinos de Nova Tebas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 195/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, uma atenção especial e atendimento às necessidades da Associação de Mil Alqueires Novo Milênio, do município de Nova Tebas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 196/07, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a regulamentação no estado da Lei Federal nº 11301/06, que estende o benefício da aposentadoria especial aos professores detentores de funções de direção, coordenação e assessoramento. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, designando os Srs. Deputados Artagão Júnior, Reni Pereira e Cida Borghetti, para representar esta Casa de Leis, nos dias 03 e 04 de julho de 2007, na UNALE, na cidade de Brasília/DF. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **À Comissão Executiva.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Pedro Ivo, Tadeu Veneri, Elton Welter e 01 (um) ilegível, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Rui Hara, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### **Redação Final**

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 152/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a AMOSHAS - Associação de Moradores do Jardim Shangai e Jardim das Américas, com sede e foro no município de Araucária. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 172/07, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento do Santo Antônio - ACODESA, no município de Cambira, comarca de Apucarana. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 172/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento do Santo Antônio - ACODESA, com sede no município de Cambira e foro no município de Apucarana.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.06.07.  
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

#### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 291/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Ficam isentos do pagamento da taxa de pedágio todos os veículos pertencentes aos moradores do município onde estejam localizadas as praças de pedágio, cujos veículos estejam ali emplacados. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/07, de 24/04/07, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 316/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre a contagem de tempo em serviços voluntários para fins de concurso público e adota outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 038/07, de 02/05/07, em Projetos de Lei).**

### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 380/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de utilidade pública a Associação de Agricultores Familiares de Jacutinga de Cima, com sede no município de Mato Rico e foro em Pitanga. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/07, de 22/05/07, em Projetos de Lei).**

### ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 405/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Capanema, área de terras do DER, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 405/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Capanema, uma área de terras com 46.822,50m2, desapropriada pelo DER, pelo Decreto Estadual nº 3082, de 08 de março de 1994, retirada do imóvel constituído pelo lote rural nº 92, da Gleba 145-CP do Núcleo Capanema, da Colônia Missões do município de Capanema, com área total de 343.000m2, com matrícula sob nº 7040, Livro 062, fls. 171v/172/172v, do Registro Geral de Imóveis de Capanema.

Parágrafo Único. A doação do imóvel a que se refere o *caput* deste artigo deverá ficar gravada com cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado para abrigar a alfândega de fiscalização da ponte internacional do Rio Santo Antonio, divisa Brasil e Argentina, não podendo ser dada outra destinação, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.06.07.  
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

### ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 012/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que denomina a sala do Diretor do Departamento de Pessoal desta Casa de Leis, de Luiz Carlos Molinari. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/07, de 29/05/07, em Projetos de Resolução).**

## 3ª Discussão

### ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Associação de Deficientes Físicos com necessidades especiais e amigos dos excepcionais - ADEFINE, com sede e foro no município de São Miguel do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação o substitutivo. **Aprovado.**

Em votação o projeto. **Aprovado.**

## 1ª Discussão

### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 312/07, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública a ACIAI - Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Irati, com sede e foro no município de Irati. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 038/07, de 02/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 312/07

### P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Felipe Lucas, declara de utilidade pública a ACIAI - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Irati, com sede e foro em Irati, Paraná.

#### Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, a súmula e o artigo 1º do presente projeto, ao se referir à associação que se pretende declarar de utilidade pública, menciona de forma equivocada a sua denominação, pois trata-se da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Irati, e não Agrícola. Ainda, o artigo 2º ao dispor “revogadas as disposições em contrário”, fere a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, pois assim determina: *Art. 9º A cláusula de revogação, deverá enumerar expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.*

Desta forma, sugere-se a emenda substitutiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva em anexo.

Sala das Comissões, em 26.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA  
AO PROJETO DE LEI Nº 312/07**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a ACIAI - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Irati, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Comissões, em 26.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 359/07, de autoria dos Deputados Luiz Carlos Martins e Reni Pereira, que altera os critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS, na forma que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. (Publ. no DA nº 049/07, de 16/05/07, em Projetos de Lei).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 359/07**

**P A R E C E R :**

**Preâmbulo**

O projeto de autoria dos Deputados Luiz Carlos Martins e Reni Pereira, tem por objetivo a criação de um novo critério para fixação dos índices de participação dos municípios relativos aos ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) com vistas a incorporar ao percentual de receita destinada aos municípios as operações que envolvam produção agrícola de cana-de-açúcar e/ou produção de álcool hidratado ou anidro, assim como a produção agrícola das oleaginosas soja, pinhão manso, amendoim, milho, girassol e canola, destinadas exclusivamente à produção do biodiesel e/ou o processamento industrial deste combustível, no território do município em relação a produção do estado.

**Fundamentação**

Da análise da competência para legislar acerca da matéria que ora se analisa, resta evidente a legitimidade do presente projeto de lei. A Constituição Federal determina que:

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

*I - direito tributário, financeiro penitenciário, econômico e urbanístico. (grifo nosso).*

Assim, uma vez que a repartição de receitas advindas do ICMS é matéria eminentemente de direito tributário, conclui-se pela competência dos estados para legislar sobre o tema que ora se analisa.

Ainda, acerca da repartição de receitas provenientes do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), estabelece a Constituição Federal que:

*“Art. 158. Pertencem aos municípios:*

*(...)*

*IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.*

*Parágrafo Único. As parcelas de receita pertencentes aos municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:*

*I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios.*

*II - até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual, ou no caso dos territórios, lei federal.*

Dentro desse paradigma, foi editada a Lei nº 9491, de 21 de dezembro de 1990, que estabelece critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS, observando os limites constitucionais acima indicados.

Destarte, tendo em vista a existência de lei anterior que regulamenta o tema, ressalta-se a seguinte previsão constitucional:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Desse modo, o processo de alteração legislativa deve respeitar o mesmo instrumento criador da norma, ou seja, lei pode ser alterada somente mediante nova proposta de lei, respeitando-se a mesma hierarquia e o quórum utilizado para sua criação.

Nesse sentido, há autorização constitucional para que os estados instituam novos critérios para a definição da repartição de receitas provenientes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS) entre os municípios - assim como o legislador já o fez, pela Lei nº 9491, de 21 de dezembro de 1990, e que nessa ocasião pretende alterá-la.

Finalmente, no que tange a técnica legislativa empregada, verifica-se que foram observadas todas as disposições relativas a Lei Complementar nº 095/98.

### Conclusão

Ante a conformidade do projeto de lei em exame, com os ditames legais e constitucionais, opinamos pela aprovação e regular tramitação dos presente projeto.

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 359/07

P A R E C E R :

### Relatório

O Projeto de Lei nº 359/07, de iniciativa dos Deputados Luiz Carlos Martins e Reni Pereira, pretende alterar o critério para a fixação dos índices de participação dos municípios no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, criando um 7º critério a ser considerado no rateio do referido tributo por parte dos municípios. A finalidade é introduzir o critério da produção agrícola da cana-de-açúcar e/ou produção de álcool hidratado ou anidro, bem como a produção agrícola das oleaginosas soja, pinhão manso, amendoim, milho, girassol e canola, destinadas exclusivamente à produção do biodiesel e/ou o processamento industrial deste combustível, no território do município em relação à produção do estado, dando-lhe um peso de 3% (três por cento), que propõe ser subtraído de 2 outros critérios atualmente existentes. O resultado da introdução deste novo critério a ser observado importará, segundo a proposição, na redução de 8% (oito por cento) para 6% (seis por cento) o peso da produção agropecuária em geral no território do município em relação à produção do Estado, conforme atualmente fixado no inciso II da Lei nº 9491, de 21 de dezembro de 1990; bem como a redução de 6% (seis por cento) para 5% (cinco por cento) o peso do critério de números de habitantes da zona rural do município em relação à população rural do estado, conforme consta do inciso III, da mesma lei.

A proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, vindo a esta Comissão de Finanças para o parecer quanto à análise de sua competência.

É o relatório.

### Voto do Relator

A esta Comissão de Finanças compete pronunciar-se sobre as proposições legislativas em tramitação nesta Casa de Leis, primeiramente quanto aos aspectos de sua compatibilização ou adequação com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, conforme estabelece o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno da Casa.

Não se tratando de aumento de despesas, não há qualquer repercussão no Orçamento Anual do Estado, nem quanto ao cumprimento da Lei de Diretrizes Orça-

mentárias ou do Plano Plurianual e sequer há aspectos quanto à observância do dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em face destas considerações, voto pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 359/07.

Uma segunda análise a ser feita por esta Comissão é quanto ao seu mérito, e neste aspecto também não nos parece haver nenhuma incompatibilidade entre as medidas propostas no projeto e os princípios que norteiam a administração pública, previstos na Constituição vigente.

A formulação dos critérios de distribuição das parcelas do rateio do ICMS para os municípios deve levar em conta vetores para essa distribuição, dentre eles a erradicação da pobreza, da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Por isso, a inserção deste novo elemento tendente a beneficiar os municípios que utilizam mão-de-obra volante na participação dos municípios no produto do ICMS, fundados em dados da situação econômica e social como devidamente instruído na presente proposição, encontramos razão à referida alteração.

No entanto, preocupa a este Relator uma alteração proposta, qual seja a redução, ainda que de apenas 1% (um por cento) do critério de cálculo dessa participação, quanto à população rural, o que poderá importar em incentivo ao êxodo rural.

Para não sobrestar o devido andamento desta proposição, somos pela regular tramitação, reservando o direito de, oportunamente, em Plenária, apresentar emendas, se assim entender-se necessário.

Tudo isso posto, concluímos nosso voto no sentido da regular tramitação do projeto e pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.06.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELTON WELTER - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1925, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 359/07.

### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 396/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Fica instituído o Programa Força Voluntária, destinado a incentivar o trabalho voluntário nos órgãos públicos e nas instituições privadas com objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos, de assistência social e de saúde, de fins não lucrativos. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDHCD. Aprovado. (Publ. no DA nº 056/07, de 29/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 396/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, institui o Programa Força Voluntária.

Em análise ao projeto ora citado, não encontramos nenhum óbice de natureza constitucional.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI Nº 396/07

P A R E C E R :

A competente e dedicada Deputada Cida Borghetti, muito ativa nos objetivos da Assembléia Legislativa e, agindo sempre em sintonia com os sagrados interesses dos paranaenses, traz a esta Casa de Leis mais um projeto inteligente.

A nobre Parlamentar nos dá uma grande comprovação de que é possível, sim, o Poder Público incentivar, valorizar, prestigiar todas as ações que tenham objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos e até mesmo na assistência social e na saúde dos povos. A instituição da Força Voluntária, que, pelo próprio nome, já se percebe que não tem fins lucrativos, vai promover uma perfeita integração dos cidadãos de boa vontade com os serviços públicos e privados, não causando nenhum impacto financeiro.

Com a homenagem deste Relator, à eminente Deputada Cida Borghetti, o parecer é favorável, rogando que o presente projeto seja aprovado pelo Plenário, considerando sua importância para o nosso estado.

Sala das Comissões, em 26.06.07.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente  
ANTONIO BELINATI - Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 422/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que declara de utilidade pública a Associação de Música e Arte de Ponta Grossa, com sede e foro no município de Ponta Grossa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 062/07, de 11/06/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 422/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, declara de utilidade pública a Associação

ção Cultural de Música e Arte de Ponta Grossa, com sede e foro no município de Ponta Grossa, Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 427/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Federação das Entidades Comunitárias e Associações de Moradores do Paraná - FECAMPAR, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 062/07, de 11/06/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 427/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Fábio Camargo, declara de utilidade pública a Federação das Entidades Comunitárias e Associações de Moradores do Paraná, com sede e foro em Curitiba, Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, o artigo 1º é omissivo quanto ao foro da federação que se pretende declarar de utilidade pública. Desta forma, sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA ADITIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 427/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º É declarada de utilidade pública a Federação das Entidades Comunitárias e Associações de Moradores do Paraná - FECAMPAR, com sede e foro em Curitiba, Paraná.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 445/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública o Instituto Santa Luzia, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 066/07, de 18/06/07, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 445/07

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, declara de utilidade pública o Instituto Santa Luzia, com sede e foro no município de Maringá.

##### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

##### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1891, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1893, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1897, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1898, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1899, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

GetzAdia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1903, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1904, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1907 e 1908, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1910, de autoria dos Srs. Deputados Augustinho Zucchi, Duílio Genari, Valdir Rossoni e demais Srs. Deputados, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1912 a 1915, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1927, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1928, de autoria dos Srs. Deputados Ademar Traiano, Plauto Miró, Duílio Genari e demais Srs. Deputados, Líderes dos demais partidos nesta Casa, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, ouvi o Líder da Oposição pedindo para transferir para amanhã esse requerimento.

Desculpe, mas foi a questão de ordem formulada por S. Exa., o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Até aproveitei o horário da Liderança da Oposição em um encaminhamento pedindo o adiamento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Então, adia-se para amanhã?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero fazer isso regimentalmente para que amanhã não tenhamos mais esse recurso regimental.



O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeito.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, desculpe mas o autor do requerimento pediu para transferir...

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, peço para discutir esse requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Desculpe-me, Sr. Presidente! Pela ordem, quero lhe dizer que o autor do requerimento, antes do início da votação dos requerimentos, pediu especificamente sobre esse requerimento e pediu à Mesa que ele fosse transferido para amanhã. Se V. Exa. consultar as notas taquigráficas, verá isso.

Quando na verdade, a assessoria da Mesa traz o requerimento novamente, o autor já havia transferido esse requerimento para amanhã. Só para dizer a V. Exa. sobre essa questão de ordem que ele mesmo formulou.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Requerimentos nºs 1894 e 1895, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1896, de autoria do Sr. Deputado Rui Hara, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1930, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1931, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Quero convidar os Srs. Deputados para uma reunião no Plenarinho, às 17h, uma reunião exclusiva dos Srs. Deputados para tratarmos do assunto onde iremos dar a possibilidade de todos aqueles Srs. Deputados que tiverem quaisquer dúvidas pertinentes ao veto que vamos apreciar amanhã, que o façam hoje. Daremos todas as explicações e inclusive os técnicos que nos ajudaram na elaboração desse projeto estão à disposição para dirimirmos todas as dúvidas nesta tarde. Isso para que amanhã ninguém possa alegar que não sabia ou não sabe o que está votando.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 381/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Leis nº 312, 396, 422, 427 e 445/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 032/07.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Ato do Presidente***

ATO DO PRESIDENTE Nº 014/07

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 34, do título II, seção I, do Regimento Interno,

D E C L A R A :

constituída a Frente Parlamentar Paraná-Itália, com a finalidade de estreitar laços com a República da Itália, conforme requerimento da Deputada Cida Borghetti, apresentado no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no último dia 29 de maio.

Palácio "XIX de DEZEMBRO", em 02.07.07.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

#### ***Audiência Pública***

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos dois dias do mês de julho de dois mil e sete, no Plenário deste Poder Legislativo, foi realizada Audiência Pública de prestação de contas do 1º Quadrimestre de 2007, apresentado pela Coordenação da Administração Financeira do Estado, da Secretaria de Estado da Fazenda, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101/02 - Lei de Responsabilidade Fiscal, sob a presidência do Deputado Nelson Justus. Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente passou a palavra ao Dr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda que apresentou relatórios do quadrimestre. Após a explanação do Sr. Secretário Heron Arzua e do Dr. Nestor Bueno, Diretor da Secretaria, o Presidente Nelson Justus abriu a palavra para que os Srs. Deputados formulassem perguntas sobre o relatório apresentado. Após o questionamento dos Deputados Elio Rusch, Reni Pereira, Luiz Claudio Romanelli, Dobrandino da Silva, Jocelito Canto e Tadeu Veneri, encerrando os trabalhos, o Sr. Presidente agradeceu a presença das autoridades e dos Parlamentares que compareceram à Audiência Pública.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

## Atas de Comissão

### Redação

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ribas Carli Filho apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 346, 395 e 413/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os

trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 152, 172, 291, 316, 380, 405 e 406/07. E o Deputado Teruo Kato, apresentou redação final ao Projeto de Resolução nº 012/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 163, 385, 410 e 437/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

